

## PROGRAMA DE CAMPANHA/ELEIÇÕES 2018.

### PODER POPULAR GOIANO: GOIÁS PARA OS TRABALHADORES.

#### Capítulo I: Golpe de Estado e luta de classes aberta no Brasil do século XXI.

A formação social brasileira estruturou-se a partir de uma burguesia agrário-exportadora, fundamentada na acumulação originária do capital agrário-exportador e estruturada socialmente no escravagismo. Nesse sentido, o processo de constituição do Estado brasileiro passou pela crise e dissolução do sistema colonial, a partir da qual se forjou um tipo particular de *classes dominantes* que teceram um Estado sem uma nação. Tratara-se da constituição de um tipo de capitalismo hipertardio, dependente e associado ao epicentro do capitalismo mundial, de tal forma que as *classes dominantes* brasileiras se constituíram a partir do desenvolvimento e da difusão de um pensamento eclético, enraizado na organização social brasileira enquanto ideologia conservadora de viés conciliatório.

Devido sua incapacidade de fundar-se enquanto *classe dominante* autônoma, constituída a partir de um projeto nacional de desenvolvimento próprio, e, portanto, de impossibilidade de competitividade no mercado internacional, as *classes dominantes* brasileiras marcam-se por um *exclusivismo político*. Consequentemente, não admitem participação e representatividade efetiva das *classes trabalhadoras* e demais *classes subalternas* nos processos decisórios do país.

O tipo particular de desenvolvimento do capitalismo brasileiro forjou uma *classe dominante* autocrática, que pela via da *revolução passiva* passou a impor à sociedade brasileira um tipo de dominação fundamentada em Golpes de Estado recorrentes, além da criminalização das frágeis *organizações autônomas das classes trabalhadoras* e demais *classes subalternas*, e do encarceramento e/ou extermínio físico de suas principais lideranças. Nesse sentido, parte-se desta fundamentação para a construção de um possível entendimento acerca do processo que culminou no *Golpe de Estado soft*, de tipo Parlamentar-Judicial-Midiático no Brasil, consumado em 31 de agosto de 2016.

Assim, diante de toda essa estrutura político-social, desde a formação social brasileira, a democracia liberal-representativa se mostra incompleta e instável, nos momentos em que os subalternos reivindicam participação e representação no Estado

brasileiro. Nesse sentido, pode-se dizer que as *Manifestações de 2013*<sup>1</sup> representaram tentativas espontâneas e difusas dos trabalhadores reivindicarem participação efetiva nos processos decisórios do país, em um cenário marcado por contradições de ordem conjunturais, que expressavam também as contradições de ordem estruturais: o *Estado autocrático brasileiro* investindo bilhões de reais na construção de estádios de futebol para a realização da *Copa do Mundo de 2014*<sup>2</sup>, beneficiando as grandes empreiteiras brasileiras e a fração de classe hegemônica do *bloco no poder*, tanto pela via da política monetária e fiscal, quanto pela via da especulação imobiliária direta e indireta produzida pelas obras.

Essa contradição acabou conduzindo diversos setores da sociedade a realização de protestos que ganhariam repercussões políticas e se expandiriam rapidamente, demarcando um caráter heterogêneo na composição do movimento. Além disso, os protestos de 2013 voltaram a se repetir durante os jogos, seguidos de forte estrutura repressiva<sup>3</sup>, articulada pelo *Estado autocrático brasileiro*. Destarte, manifestou-se uma das contradições estruturais da sociedade brasileira: a profunda desigualdade que passou a se manifestar a partir da reivindicação do direito à cidade, uma vez que a acentuação da especulação imobiliária, mediada pelo aumento progressivo dos imóveis e fundamentalmente do aluguel, acarretou no crescimento da população em situação de rua, na medida em que tais processos redundaram em despejos individuais e coletivos. Esse fenômeno social produziu a dilatação e expansão da periferia, expulsando os trabalhadores para regiões mais distantes, bloqueando seu acesso à cidade.

Assim, as *Manifestações de 2013*, de forma desorganizada e espontânea, marcada por uma composição heterogênea, reverberou uma das contradições fundamentais do país, aparentemente contornada pela política de conciliação dos governos petistas, principalmente pela política creditícia e pelo “*Programa Minha Casa, Minha Vida*”, que em larga medida beneficiou muito mais aos Bancos e as grandes construtoras do que a *classe trabalhadora* e demais *classes subalternas*. Nesse

---

<sup>1</sup>O GLOBO. O Brasil foi às ruas em junho de 2013. Publicado em 16 mai. 2014. Disponível em <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-brasil-foi-as-ruas-em-junho-de-2013-12500090> Acessado em 04 mar. 2018.

<sup>2</sup>R7. TCU Contabiliza R\$ 25,5 bilhões de gastos com a Copa do Mundo. Publicado em 04 dez. 2014. Disponível em <https://noticias.r7.com/brasil/tcu-contabiliza-r-255-bilhoes-de-gastos-com-a-copa-do-mundo-04122014> Acessado em 04 mar. 2018.

<sup>3</sup>G1. Protestos contra a abertura da Copa deixam feridos e detidos em SP. Publicado em 12 junh. 2014. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/06/protestos-contr-a-abertura-da-copa-deixam-feridos-e-detidos-em-sp.html> Acesso em 04 mar. 2018.

sentido, pode-se dizer que o *Movimento Passe Livre*<sup>4</sup> caracterizou-se por ser o estopim de um processo de aprofundamento das contradições político-econômicas e socioculturais brasileiras, na medida em que de forma imediata, a partir das manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus, pautava questões de ordem conjunturais importantes, marcadas por questões estruturais essenciais para o entendimento do processo de formação social brasileira e o conjunto de suas relações sociais contemporâneas. Deve-se destacar ainda o progressivo aumento de greves espalhadas pelo país a partir de 2011<sup>5</sup>.

Sem sombra de dúvidas os ventos que sopravam das *Manifestações de 2013* clamavam por mudanças. Entretanto, dado o contexto de formação social do Estado brasileiro, no binômio *conservação-mudança*, o aspecto conservação coloca-se enquanto processo predominante. Se por um lado, a Nova República (1989-2016) abriu um novo processo de *modernização-conservação*, marcado por um conjunto de concessões às *classes trabalhadoras* e demais *classes subalternas*; por outro, o *binômio conservação-mudança* promoveu processos de *transformismos* profundos no âmbito da sociedade civil do mundo do trabalho, instituindo instrumentos e mecanismos de cooptação das lideranças das principais experiências de *organizações autônomas da classe trabalhadora* do período, particularmente pode-se citar ao menos dois: a) a criação e consolidação do Partido dos Trabalhadores, rapidamente absorvido pelo profissionalismo e pela burocratização, típicos de partidos da ordem; e, b) a criação e consolidação da Central Única dos Trabalhadores, marcada pela predominância do novo sindicalismo e pela hegemonia da política de conciliação petista.

Assim, a passagem da ditadura civil-militar (1964-1985) para a democratização deu-se “*pelo alto*” e pela predominância da *pequena política*, sendo que a partir da prática do *transformismo* bloqueou-se qualquer possibilidade de uma revolução democrático popular no Brasil.

O *Golpe de Estado soft de 2016*, de tipo *parlamentar-judicial-midiático*, demarcou o aprofundamento e a necessidade da completude do processo de *modernização-conservação* aberto com a Nova República, na medida em que fechou um ciclo de acumulação do capital em um modelo de representação político-eleitoral no

---

<sup>4</sup>G1 Entenda os protestos em SP, contra o aumento das tarifas dos transportes. Publicado em 11 jun. 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/entenda-os-protestos-em-sp-contr-aumento-das-tarifas-do-transporte.html> Acessado em 09 mar. 2018.

<sup>5</sup> DIAS, Guilherme Soares. Número de greves em 2011 foi o maior desde 1997, diz DIEESE. Publicado em 29 nov. 2012. Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/2922634/numero-de-greves-em-2011-foi-o-maior-desde-1997-diz-dieese> Acessado em 04 mar. 2018.

Brasil. O esgotamento tanto do primeiro, quanto do segundo, levou a necessidade imperiosa das frações de classes dominantes hegemônicas, que compõe o *bloco no poder*, a desferirem o Golpe de Estado e romper o contrato social estabelecido pela Constituição de 1988, como forma de reverter “*pelo alto*” as concessões feitas as *classes trabalhadoras* e demais *classes subalternas*. Como o programa de contrarreformas imposto pelo capital não passaria pelo crivo das urnas, o Golpe de Estado se impôs pela elevação ao poder de um político paulista decadente que surgiu no mundo da política pela via do apoio ao jogo do bicho<sup>6</sup> em São Paulo.

No âmbito do cenário de *Estado de Exceção*, nenhum governo eleito na e pela Nova República pôde contar com a maioria que o Governo Golpista (PMDB/PSDB) capitaneado por Michel Temer contou. Uma das contradições fundamentais do *Estado de Exceção* aberto com o Governo Temer encontra-se no fato de um governo com baixíssima popularidade, chegando a 3%<sup>7</sup>, contar com a maioria do Congresso Nacional, a ponto da Câmara dos Deputados blindar e livrar Michel Temer, por duas vezes, de denúncias da Procuradoria Geral da República, pelos crimes de corrupção passiva, organização criminosa e obstrução da justiça e que, portanto, poderiam levá-lo ao *impeachment*. Deve-se destacar que ambos os processos, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, foram relatados por Deputados do PSDB: a) no dia 03 de agosto de 2017, por 263 a 227, a Câmara aprovou o Relatório realizado pelo Deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)<sup>8</sup>, rejeitando a denúncia de corrupção passiva; e, b) no dia 25 de outubro de 2017, por 251 a 233, a Câmara aprovou o Relatório realizado pelo Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG)<sup>9</sup>, rejeitando a denúncia de organização criminosa e obstrução da justiça.

Como forma de legitimar o golpe, o Judiciário movimentou-se ativamente no sentido de garantir a mudança da legislação “*pelo alto*”, conferindo plenos poderes a seus agentes; ao mesmo tempo, o Governo Golpista (PMDB/PSDB) de Michel Temer,

---

<sup>6</sup> ÉPOCA. Documento do SNI apontou relação de Temer com o jogo do bicho. Publicado em 13 mai. 2016. Disponível em <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/05/documento-do-sni-apontou-relacao-de-temer-com-o-jogo-do-bicho.html> Acessado em 09 mar. 2018.

<sup>7</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. Publicado em 19 dez. 2017. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1944795-aprovacao-ao-governo-temer-oscila-de-3-para-6-indica-ibope.shtml> Acessado em 09 mar. 2018.

<sup>8</sup> CARAM, Bernardo; MODZELESKI, Alessandra; GARCIA, Gustavo; CALGARO, Fernanda. Publicado em 02 ago. 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/votacao-denuncia-temer-camara.ghtml> Acessado em 09 mar. 2018.

<sup>9</sup> CALGARO, Fernanda; MODZELESKI, Alessandra; CARAM, Bernardo. Por 251 votos a 233, Câmara rejeita enviar ao STF segunda denúncia contra Temer. Publicado em 25 out. 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/segunda-denuncia-contratemer.ghtml> Acessado em 09 mar. 2018.

em parceria com as corporações que monopolizam os meios de comunicação no Brasil, criaram o mito de que a equipe econômica do golpe era a mais eficiente da história, de tal forma a gabaritar o homem do mercado financeiro-rentista, Henrique Meirelles, a colocar-se como pré-candidato as eleições presidenciais de 2018.

O Golpe apareceu aos olhos do homem comum de duas maneiras distintas: enquanto uma disputa política entre partidos políticos corrompidos pelo poder e também enquanto possibilidade de mudança efetiva, visto que o Partido dos Trabalhadores (devido a mais de uma década de *transformismo ativo*, de deseducação e de desmobilização da classe trabalhadora) não conseguia apontar saídas minimamente razoáveis que contassem com o apoio popular, para a saída da crise.

A questão é que no Brasil, devido suas questões estruturais, a mudança sempre anda ligada à conservação, sendo que o elemento conservação se mostra com predominância. Apesar disso, esse binômio *conservação-mudança* aparece na ideologia de conciliação de classes encabeçada pelo governo lulopetista, de tal forma que a mudança social supera o elemento conservação pela via da vontade política advinda do lulismo, bem como de seu programa neodesenvolvimentista. A *Carta ao Povo Brasileiro*<sup>10</sup> de Lula demarca uma etapa de avanço do processo de *modernização-conservação* aberto com a Nova República, no e a partir do qual a *modernização-conservação* não pode ser identificada somente como uma defesa das frações de *classes dominantes*, mas de frações importantes das próprias *organizações autônomas das classes trabalhadoras* e demais *classes subalternas*, na medida em que se constitui um tipo particular de *transformismo ativo*.

O mito do desenvolvimento do capitalismo nacional, fora conjurando, encarnando-se na figura do neodesenvolvimentismo e do lulismo, a partir dos quais o Partido dos Trabalhadores, bem como a Central Única dos Trabalhadores abriam mão do protagonismo exercido nos anos de 1980 e início dos anos de 1990, em nome de uma governança pragmático-utilitarista. Objetivamente, o PT, bem como seu braço sindical, a CUT, abriam mão de ser um organizador social e transfeririam essa função para o Estado, absorvendo e cooptando tanto os movimentos sociais quanto os sindicatos.

A Nova República necessitou de um *Golpe de Estado soft*, para concluir os processos de *modernização-conservação* abertos pela transição da ditadura civil-militar

---

<sup>10</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. Leia íntegra da Carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. Publicado em 24 jun. 2002. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> Acesso em 11 mar. 2018.

brasileira para a democratização do país. Era preciso redesenhar o Estado “*pelo alto*”, progressivamente, como forma de reverter às necessárias concessões feitas às *classes trabalhadoras* e demais *classes subalternas* e ao mesmo tempo, readequar o Estado a nova dinâmica do capitalismo mundial. Os Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram melhores sucedidos nesse processo.

Como tentativa de apreensão do movimento sociohistórico brasileiro, deverá trabalhar-se com quatro teses estruturantes. O Golpe de Estado de 2016 demarcou a aceleração do movimento histórico no Brasil, de tal forma: a) a encerrar um ciclo histórico de estrutura e concepção de arranjo político institucional, levando ao colapso o modelo político liberal-representativo; b) a abrir um novo ciclo de acumulação do capital que necessariamente implica em um processo de luta de classes aberta, e, portanto, na constituição de um arranjo político-institucional representativo fechado; c) a constituir um novo redesenho do Estado autocrático brasileiro “*pelo alto*”, devido às necessidades do novo ciclo de acumulação do capital; e, d) a reorganização do *bloco no poder*, na medida em que o modelo de arranjo político-institucional representativo necessariamente exigirá um fechamento progressivo do regime, que ora se faz sob a forma do *Estado de Exceção*, todavia, necessitará no curto prazo, criar um arranjo político institucional que lhe confira legitimidade e que do ponto de vista formal encontra-se na tentativa de imposição “*pelo alto*” do parlamentarismo ou semi-presidencialismo. Entretanto, essa mudança “*pelo alto*”, necessita de um consenso mínimo em torno da constituição de uma divisão dos poderes no âmbito do “novo” *bloco no poder*, ora travado pela luta intestina intraburguesa.

Nesse sentido, pode-se dizer que o processo em questão abriu uma *crise de hegemonia* no interior das *classes dominantes*, na medida em que o Golpe de Estado vem se aprofundando e as *classes dominantes* não conseguiram se unificar em torno de uma saída institucional democrática. Trata-se de um redesenho do *bloco no poder*, marcado por uma *crise de hegemonia* que se aprofunda, na medida em que o Golpe de Estado se aprofunda. Ora, trata-se de um processo marcado pela incapacidade de *asfrações de classes dominantes* governar. O fictício segundo Governo Dilma (2015 – abril de 2016) foi clara representação da fissura profunda que se abriu no *bloco no poder*, bem como da *crise de hegemonia* que se desdobrou daquele processo. Mesmo diante da capacidade das frações de *classes dominantes* pautarem o governo, após uma derrota eleitoral de seu candidato predileto, optou-se pela via do Golpe de Estado e, necessariamente, de forma colateral, pela abertura da luta intestina intraburguesa.

Devido à genética da formação social brasileira, o *Golpe de Estado* ocorrido no Brasil em 2016 só pode ser compreendido à medida que se busque o entendimento do *bloco no poder* que se constituiu no Brasil a partir da Nova República (1989-2016), o qual aprofunda a subordinação e dependência do Brasil no cenário geopolítico mundial, de tal forma que institui um novo redesenho da associação entre as *classes dominantes* internas e o capital-imperialismo.

Deve-se buscar a exata compreensão do que significaram os processos geopolíticos de intensificação da mundialização do capital, entendido enquanto ideologia da globalização, como forma de se defender a própria desapareição dos Estados nacionais, em um cenário de fortalecimento dos Estados nacionais, ao menos, verificável no epicentro do capitalismo mundial. No Brasil, esse processo ocorrera de maneira tardia, devido às particularidades sócio históricas brasileiras.

A nova geopolítica nascida dos anos de 1970 e os tempos de neoliberalismo flexível, reestruturação produtiva e reformulação da dominação geopolítica mundial exigia necessariamente um redesenho “*pelo alto*” da estrutura jurídico-política dos Estados dependentes, subordinados e associados ao capital-imperialismo. Esse processo significou a falência da socialdemocracia, na medida em que se tornou incapaz de dar respostas reformistas a um cenário de destruição e/ou anulação da autonomia das economias nacionais, da estrutura sindical e dos partidos políticos de esquerda.

Os governos de Luís Inácio “Lula” da Silva (2003-2010) ocorreram em um processo de hegemonia do neoliberalismo flexível, consolidado por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), no Brasil. Todavia, o modelo de submissão irrestrita e incondicional ao capital rentista-financista, adotado por FHC havia levado o país a bancarrota por três vezes<sup>11</sup>, gerando uma crise no interior do *bloco no poder*. A incapacidade do principal partido das *classes dominantes* – o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – em apontar uma saída para a crise o levou a dar um *Golpe de Estado soft*<sup>12</sup>, pela via da institucionalidade, a partir do qual se instituiu a reeleição<sup>13</sup> faltando pouco mais de um ano para que ocorresse o pleito eleitoral, como

---

<sup>11</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. Ciro afirma que governo FHC “quebrou” o Brasil três vezes. Publicado em 30 nov. 2004. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ciro-afirma-que-governo-fhc-quebrou-o-brasil-tres-vezes,20041130p33184> Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>12</sup>MACHADO, Ivan Carlos Novaes. Publicado em nov. 1997. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/1509/inconstitucionalidade-da-emenda-da-reeleicao> Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>13</sup>JORNAL BRASIL 247. Publicado em 28 mai. 2015. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/poder/182792/Reelei%C3%A7%C3%A3o-que-custou-mais-car%C3%ADs-foi-a-de-FHC.htm> Acessado em 07 jan. 2018.



forma de manter FHC no poder e consolidar o neoliberalismo flexível, no âmbito das instituições políticas brasileiras.

Tratava-se de um claro processo de legislação em causa própria, a partir da qual se alterava a legislação político-eleitoral no Brasil como forma de se beneficiar aqueles que estavam no poder, ou seja, tratava-se de alterar a “regra do jogo” no meio do jogo. À época, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) presidia o Senado e Michel Temer (PMDB-SP) presidia a Câmara dos Deputados, ambos, a partir de compra de votos de parlamentares de ambas às casas, bem como pelo cultivo do *clientelismo* e do *fisiologismo*<sup>14</sup>, conduziram a aprovação acelerada da Emenda Constitucional nº16<sup>15</sup> que instituiu a reeleição.

Fundamentando-se nas questões estruturais expostas tem-se a tese de que a partir da Constituição de 1988 foi aberto no Brasil um novo processo de *modernização-conservação*, e ao mesmo tempo, abriu-se um novo ciclo de acumulação do capital que necessitava destruir a legislação social precária instituída, como forma de se desenvolver, fortalecer e institucionalizar o novo *bloco no poder*.

A Nova República, enquanto representação farsesca de um regime democrático foi forjada a partir de dois partidos políticos da modernização conservadora: o PSDB<sup>16</sup>, enquanto principal partido das *classes dominantes*, que articulou uma espécie de centro de forças atrativo de partidos de centro-direita e com estrutura programática similar a sua, como se pode verificar na base de sustentação dos governos de FHC (PSDB-PFL); e o PT<sup>17</sup>, enquanto principal partido das *classes trabalhadoras*, que articulou um conjunto de organizações políticas, a partir das quais atraiu para seu campo de influências os principais partidos de centro-esquerda e os principais movimentos sociais e sindicais do país, sendo a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) seu principal instrumento de controle e cooptação das lideranças das *classes trabalhadoras* e demais *classes subalternas*.

---

<sup>14</sup>JORNAL GGN. Publicado em 20 out. 2014. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/provas-da-compra-votos-pela-reeleicao-de-fhc-eram-cabais-conta-jornalista> Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>15</sup>PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Emenda Constitucional nº16, de 04 de junho de 1997. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm) Acessado em 13 jan. 2018.

<sup>16</sup>ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. Publicado em jun. 2002. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/107/10704906/> Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>17</sup>SILVA, Marcelo Lira. O projeto de governança do Partido dos Trabalhadores e sua identidade com o projeto de modernização conservadora (2003-2015). Publicado em 24 ago. 2015. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2015/anais2015/mc68/Tc684.pdf> Acessado em 07 jan. 2018.



Assim, pode-se observar dois tipos de movimento na constituição: um descendente e outro ascendente, sendo que ambos se encontram na e pela política de conciliação de classes. Nesse tabuleiro, o tradicional PMDB apareceria como uma espécie de peão, fundamental para cimentar o presidencialismo de coalisão brasileiro, na medida em que sua política centrista poderia se encaixar tanto em uma perspectiva de centro-esquerda, quanto de centro-direita, a depender da correlação de forças e dos interesses locais e regionais de suas principais lideranças políticas. O que os unificavam era a política de conciliação de classes centrista, mediada pela defesa da institucionalidade política enquanto único e exclusivo instrumento político de governança.

A política adotada pelo PT era completamente distinta e avessa àquela adotada pelos Partidos Comunistas, na medida em que estes se fundamentavam em uma perspectiva de constituição de uma dualidade de poderes, como forma de se construir o Estado Socialista. Diferentemente, o PT distanciava-se da constituição da dualidade de poderes<sup>18</sup>, por um lado, afastando o partido dos movimentos sindical, social e popular, de tal forma a instituir processos profundos de profissionalização e burocratização do partido e do movimento sindical sob sua influência, criando uma cisão profunda entre direção e massa; e, por outro, cooptando as lideranças de tais movimentos, como forma de desmobilizar e deseducar os movimentos, atraindo-os para dentro da estrutura estatal, como forma de constituir um tipo de governança fundamentado nos interesses das *classes dominantes*, apoiado e gerido pelas lideranças das *classes trabalhadoras* e demais *classes subalternas*. Ora, tratara-se de um tipo de *transformismo ativo*.

Luís Inácio “Lula” da Silva chegou à Presidência da República a partir de tais processos. Lula manteve a política econômica de FHC, fundamentada no tripé macroeconômico neoliberal ortodoxo-recessivo e indicando para o Banco Central o homem de confiança do capital rentista-financista mundial, Henrique Meirelles<sup>19</sup>; todavia, para combater a crise, adotou tímidas medidas anticíclicas, como a política de

---

<sup>18</sup>GARCIA, Janaina. Frei Betto: “inquilino no governo, PT tomou chega para lado dona da casa”. Publicado em 19 nov. 2016. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/11/19/frei-betto-pt-tem-que-descer-do-salto-e-calcas-sandalias-da-humildade.htm> Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>19</sup>BONFANTI, Cristiane; SIMÃO, Edna. Meirelles diz que política econômica de Lula foi positiva para o país. Publicado em 10 mar. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4895170/meirelles-diz-que-politica-economica-de-lula-foi-positiva-para-o-pais> Acessado em 07 jan. 2018.

valorização do salário mínimo<sup>20</sup> e a adoção de políticas sociais focalizadas, tendo como carro-chefe o Programa Bolsa Família<sup>21</sup>, bem como um conjunto de medidas creditícias, como forma de estimular a economia interna, expandindo o mercado de consumo<sup>22</sup>, via endividamento progressivo das famílias.

Deve-se destacar que o Judiciário, a partir de suas diversas Cortes, bem como os órgãos de controle do Estado, tais como Ministérios Públicos<sup>23</sup> e Polícia Federal<sup>24</sup>, adquiriram poder e grande autonomia com a promulgação da Constituição de 1988, de tal forma que os governos petistas (2003-2016) aprofundaram tal autonomia em seus governos, adotando uma política de recomendação daqueles indicados pelos pares em determinadas áreas para assumirem cargos importantes na República, o que enraizou e fortaleceu um forte espírito corporativo nas instituições públicas brasileiras, principalmente no âmbito das diversas instâncias do Judiciário e nos órgãos de controle brasileiros, que na medida em que se fortaleceu passou a movimentar-se e atuar politicamente no âmbito das instituições jurídico-políticas brasileiras.

No âmbito da geopolítica do século XXI, abriu-se um cenário de multipolaridade e pôde-se observar o recrudescimento do imperialismo ianque, a partir da criação e difusão da ideologia do terrorismo<sup>25</sup> islâmico, instituída pelos EUA após os ataques de 11 de setembro de 2001. Ao forjar uma política de segurança ofensiva e beligerante, os EUA criaram medidas de aproximação dos Ministérios Públicos e das Polícias Federais de diversos países à CIA<sup>26</sup>. Nesse processo, os Ministérios Públicos e a Polícia Federal tornaram-se instrumentos políticos de ação e realização dos interesses da política de

---

<sup>20</sup>SOUEN, Jacqueline Aslan. A política do salário mínimo no Governo Lula. Publicado em 2013. Disponível em [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286108/1/Souen\\_JacquelineAslan\\_M.p df](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286108/1/Souen_JacquelineAslan_M.p df) Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>21</sup>Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto. Brasília: Ipea, 2010.

<sup>22</sup>MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. Publicado em dez. 2011. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572011000400001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000400001) Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>23</sup>KERCHE, Fábio. Autonomia e Discricionariedade do Ministério Público no Brasil. Publicado em 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n2/a02v50n2> Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>24</sup>QUEIROS, Luiz de. **Com PT, PF realizou 50 vezes mais operações do que com FHC**. Publicado em 20 jul. 2014. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/com-pt-pf-realizou-50-vezes-mais-operacoes-do-que-com-fhc> Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>25</sup>SILVA, Luiz Fernando da. A política externa estadunidense no atual quadro político sul-americano. Publicado em 17 jan. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1665-85742011000100005](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742011000100005) Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>26</sup>CALDEIRA, João Paulo: **Wikileaks revela treinamento de Moro nos EUA**. Publicado em 05 jul. 2016. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/wikileaks-revela-treinamento-de-moro-nos-eua> Acessado em 07 jan. 2018.

segurança ianque, umbilicalmente associada a sua política externa. Portanto, os Ministérios Públicos e a Polícia Federal emergiram no século XXI enquanto novos sujeitos políticos e tornaram-se figuras centrais no processo de deflagração do *Golpe de Estado*<sup>27</sup> no Brasil, no ano de 2016.

Nesse processo de aproximação das instituições públicas de segurança ianques com instâncias do Judiciário e órgãos de controle, a partir do denominado “*Projeto Pontes*”, pode-se observar um intensivo processo de treinamento de agentes judiciais brasileiros de todos os Estados da Federação, bem como de 50 policiais federais. O caso mais emblemático pode ser analisado a partir da emergência da principal liderança jurídico-política da *Operação Lava Jato*, o até então desconhecido juiz Sergio Fernando Moro (1972 – ). O Documento comprobatório do “*Projeto Ponte*” foi trazido a público pelo Wikileaks, e determinava o aprofundamento do treinamento nos Estados de Curitiba, São Paulo e Campo Grande: epicentro da *Operação Lava Jato*.

Deve-se destacar que o prelúdio ao *Golpe de Estado* no Brasil encontra-se na Ação Penal 470 – politicamente denominada de “*Mensalão*”, como forma de criminalizar o Partido dos Trabalhadores e suas principais lideranças políticas –, a partir do qual emergiu no Brasil um tipo específico de atuação política no âmbito do Poder Judiciário e órgãos de controle de Estado, que a partir do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa<sup>28</sup>, passou a instrumentalizar a *teoria do domínio do fato*<sup>29</sup>, como forma de corroer princípios importantes da Constituição de 1988 e criar os fundamentos da aliança entre os meios de comunicação e o Poder Judiciário no Brasil, forjando-se um inimigo interno comum a ser combatido: a corrupção produzida e enraizada pelo Partido dos Trabalhadores.

Mesmo diante de um cenário adverso, entretanto, produzido pela Ação Penal 470, tanto a ideologia de conciliação de classes corporificado no fenômeno do lulismo (chegando a 83% de aprovação, ao final de seu mandato)<sup>30</sup>, quanto a relativa efetividade

---

<sup>27</sup>REVISTA GGN. Moro, Lava Jato e interesses dos Estados Unidos. Publicado em 24 jun. 2017. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/noticia/moro-lava-jato-e-interesses-dos-eua> Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>28</sup>NOGUEIRA, Claudio; GÓES, Bruno; PIMENTEL, Leonardo; ALLEMAND, Marcio; SOARES, Rafael. José Dirceu é condenado por corrupção ativa por 8 a 2. Publicado em 10 out. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/jose-dirceu-condenado-por-corrupcao-ativa-pelo-placar-de-8-2-6362347> Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>29</sup>BITENCOURT, Cezar Roberto. A teoria do domínio do fato e a autoria colateral. Publicado em 18 nov. 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-nov-18/cezar-bitencourt-teoria-dominio-fato-autoria-colateral> Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>30</sup>DATAFOLHA. Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história. Publicado em 20 dez. 2010. Disponível em

da ideologia neodesenvolimentista, que contava com um mercado internacional favorável a economia brasileira, o governo manteve-se, reelegeu-se e conseguiu, ao menos aparentemente, se fortalecer no segundo governo Lula, a partir do enraizamento do lulismo<sup>31</sup>.

A seletividade do Judiciário brasileiro presente na *Operação Lava Jato* já se encontrava presente na *Ação Penal 470*. Tal tese pode ser comprovada a partir da comparação e observação dos ritos e procedimentos adotados pelo Judiciário brasileiro naquilo que diz respeito à *Ação Penal 470* e a *Operação Lava Jato*, com a *Ação Penal 536* – “*Mensalão tucano*”, pouco ou nada divulgado pelas corporações que monopolizam os meios de comunicação. Na ocasião, Eduardo Azeredo (1948 – )<sup>32</sup> – único condenado na *Ação Penal 536* –, ex-presidente nacional do PSDB, institucionalizou o procedimento de transferência de dinheiro público para o partido, quando governador de Minas Gerais em 1998. Dos 15 denunciados em 20 de novembro de 2007, 12 se tornaram réus em 2009, apenas um – Eduardo Azeredo – foi condenado e preso 20 anos após o crime cometido. Dos 12 indiciados, Fernando Soares morreu sem ser julgado e Walfrido dos Mares Guia, Cláudio Mourão e Lauro Wilson chegaram à idade de prescrição dos crimes cometidos<sup>33</sup>. Em 19 de fevereiro de 2014, Eduardo Azeredo renunciou ao mandato de deputado por Minas Gerais<sup>34</sup> para evitar a cassação, sair dos holofotes e enterrar o caso até sua prescrição, pela via das negociações com o Judiciário brasileiro.

Por outro lado, a *Ação Penal 470* surgiu a partir das conclusões da CPI dos Correios, trazida a público pelo jornal *Folha de São Paulo*, no dia 6 de junho de 2005, a partir de uma entrevista com o Deputado Roberto Jefferson (PTB-SP)<sup>35</sup>, na qual o

---

<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml> Acessado em 08 jan. 2018.

<sup>31</sup>SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>32</sup>COUTINHO, Mateus; GINI, Rodrigo. Azeredo é condenado a 20 anos de prisão por mensalão tucano. Publicado em: 16 dez. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/azeredo-e-condenado-a-20-anos-de-prisao-por-mensalao-tucano/> Acesso em: 19 nov 2017.

<sup>33</sup>LADEIRA, Pedro. Citados no mensalão tucano se beneficiam de prescrições. Publicado em 30 jul. 2014. Disponível em

<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1893632-citados-no-mensalao-tucano-se-beneficiam-de-prescricoes.shtml> Acessado em 08 jan. 2018.

<sup>34</sup>G1. Réu no mensalão do PSDB mineiro, o deputado Eduardo Azeredo renuncia. Publicado em 19 fev. 2014. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/reu-no-mensalao-do-psdb-mineiro-deputado-eduardo-azevedo-renuncia.html> Acessado em 08 jan. 2018.

<sup>35</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT. Publicado em 06 jun. 2005. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69402.shtml> Acessado em 31 jan. 2018.

parlamentar denunciava a existência de pagamento de propinas a parlamentares para aprovar as medidas do governo. O esquema teria ocorrido durante os anos de 2003 e 2004 e funcionava a partir de pagamento mensal de R\$ 30 mil, pagos pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, aos congressistas que votassem as medidas do governo. Após quatro meses e meio de julgamento, a partir do personalismo político do Ministro Joaquim Barbosa e de suas ginásticas hermenêuticas jurídicas, o STF decidiu pela condenação de 25 dos 38 réus do processo. Na ocasião, entrou para a história do Estado autocrático brasileiro o pronunciamento da Ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber: “*Não tenho prova cabal contra Dirceu – mas vou condená-lo porque a literatura jurídica me permite*”<sup>36</sup>. De acordo com os acusadores, que instrumentalizaram a *teoria do domínio do fato*, havia se estabelecido um esquema de corrupção que havia sido organizado pelo núcleo dirigente do Partido dos Trabalhadores e, portanto, chefiado pelo Ministro da Casa Civil do primeiro governo Lula, José Dirceu.

Ao mesmo tempo, chegou-se a conclusão de que existiria um núcleo mineiro, no qual Marcos Valério aparecia como operador do mensalão. Marcos Valério foi condenado pelo STF por utilizar suas empresas de publicidade para desviar dinheiro público e repassá-lo a parlamentares. Deve-se destacar ainda que Kátia Rabello, dona do Banco Rural e diretores da instituição financeira foram denunciados por formação de quadrilha, gestão fraudulenta e lavagem de dinheiro. Desenhava-se claramente o caráter das vitórias eleitorais do período lulopetista de 2006, 2010 e 2014: vitórias de Pirro.

A *Ação Penal 470* enfraqueceu o governo Lula, de tal forma a ficar suscetível ao jogo do *clientelismo* e do *fisiologismo* promovido pelo PMDB, sendo obrigado, para garantir a governabilidade, a entregar setores estratégicos do governo aos peemidebistas. Não por um acaso, no dia 30 de novembro de 2006, o Conselho Nacional do PMDB<sup>37</sup> aprovou a participação do partido no governo Lula. A época, Michel Temer era presidente nacional do PMDB e havia apoiado a candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB-SP) para Presidente da República. O PT havia contado em seu primeiro mandato com o apoio e a participação restrita do PMDB de Renan Calheiros (PMDB-AL) e José Sarney (PMDB-AP). Todavia, após as eleições de 2006, com a

---

<sup>36</sup>REVISTA FORUM. Paulo Moreira Leite: condenado sem domínio nem fato. Publicado em 13 nov. 2012. Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/mariafro/2012/11/13/paulo-moreira-leite-condenado-sem-dominio-nem-fato/> Acessado em 09 mar. 2018.

<sup>37</sup>COLON, Leandro. PMDB aprova participação no governo de coalisão de Lula. Publicado em 30 nov. 2006. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1370004-5601,00-PMDB+APROVA+PARTICIPACAO+NO+GOVERNO+DE+COALIZAO+DE+LULA.html> Acesso em 25 jan. 2018.

reeleição de Lula, Michel Temer conduziu o PMDB unificado para a base do segundo Governo Lula.

Pode-se dizer que a ascensão e fortalecimento político de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) se deu nesse processo de adesão do PMDB ao governo de coalisão de Lula. Portanto, a política de conciliação petista, apesar de não ter sido responsável pela fecundação, certamente, foi a parteira que gerou o poder político de Eduardo Cunha no Congresso Nacional, a partir do qual Dilma Rousseff seria derrubada em 2016. Nesse processo, Eduardo Cunha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de Deputados, de tal forma a atuar em favor da pauta conservadora da chamada bancada evangélica. O PMDB adquiriu tamanha magnitude no segundo Governo Lula, que na sucessão presidencial impôs ao PT a vice-presidência com a Chapa Dilma/Temer, apoiada por Cunha. No Governo Dilma (2011-2014), Eduardo Cunha adquiriu projeção nacional, tornando-se líder do PMDB na Câmara em 2013 e conduzindo os interesses dos 81 deputados federais do PMDB na Câmara. A desavença de Cunha com o Planalto adveio da Medida Provisória dos Portos<sup>38</sup>, processo no qual teve diversas de suas propostas derrotadas, levando-o a alinhar-se a oposição como forma de obstruir a votação e desgastar o governo, de tal forma que a sessão durou 41 horas.

Nas eleições de 2014, o PMDB ratificou a Chapa Dilma/Temer, todavia, Eduardo Cunha – já consolidado como liderança nacional do PMDB –, apoiou implicitamente a candidatura de Aécio Neves (PSDB-MG), de tal forma a assumir o discurso de independência em relação ao Governo. No final do ano de 2014, Eduardo Cunha lançou sua candidatura à Presidência da Câmara dos Deputados, concorrendo com Arlindo Chinaglia (PT-SP), Júlio Delgado (PSB-MG) e Chico Alencar (PSOL-RJ). A candidatura de Cunha o colocou em rota de colisão com o governo, de tal forma a buscar no “*baixo clero*”, a partir da prática irrestrita e ilimitada do *fisiologismo* e do *clientelismo*, o apoio necessário a sua eleição. Em fevereiro de 2015, Cunha consolidava seu poder no Parlamento brasileiro, elegendo-se Presidente da Câmara e colocando-se na linha sucessória presidencial. Na votação, Eduardo Cunha ganhou em primeiro turno com 267 votos; contra, 136 votos de Chinaglia (PT-SP); 100 votos de Júlio Delgado (PSB-MG); e, 8 votos de Chico Alencar (PSOL-RJ). O processo eleitoral de sucessão para a Presidência da Câmara dos

---

<sup>38</sup>AMATO, Fábio; PASSARINHO, Nathalia. Entenda os principais pontos da MP dos portos aprovada pelo Congresso. Publicada em 16 mai. 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/entenda-os-principais-pontos-da-mp-dos-portos-aprovada-pelo-congresso.html> Acesso em 10 mar. 2018.



Deputados aprofundou e fortaleceu o discurso de independência frente ao Planalto, proferido por Cunha. Pode-se dizer que a eleição de Cunha à Presidência da Câmara demarcou o colapso do Governo Dilma e sua capacidade de governar.

Diferentemente dos governos Lula (2003-2010) que contou com um mercado internacional favorável, contando com altos preços dos produtos primários e das *commodities*<sup>39</sup> exportadas pelo Brasil, o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014) sofreu drasticamente com os impactos da crise mundial de 2008, acarretando uma forte perda de arrecadação do Estado nos anos que se seguiram. Frente a crise mundial, os instrumentos de governo adotados pelos governos Dilma tiveram pouco êxito, devido a queda de arrecadação do Estado<sup>40</sup>. Delineavam-se os primeiros elementos de fissura do *bloco no poder*, a partir do qual Lula havia governado. O aprofundamento da crise econômico produziu uma crise política que fora se aprofundando progressivamente durante o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014)<sup>41</sup>.

O olho do furacão da crise política no Brasil começou a dar sinais de força e mostrar-se com a eclosão progressiva de greves em 2011, bem como com as *Manifestações de 2013*<sup>42</sup>, em larga medida, pautada por um forte descontentamento de setores da juventude que passaram a reivindicar um conjunto de direitos sociais, ameaçados pelos desdobramentos da crise mundial e da guinada à direita que o governo vinha apontando. As *Manifestações de 2013* geraram profundo desgaste ao governo Dilma Rousseff, devido sua imaturidade e incapacidade política, bem como devido à incompetência de sua equipe de governo.

O desgaste rapidamente foi absorvido por setores tradicionais e conservadores que passaram a instrumentalizá-lo contra o governo. O descontentamento popular rapidamente foi absorvido e transformado em capital político, sendo utilizado tanto no processo de acirramento das eleições presidenciais de 2014, quanto no processo de derrubada do governo eleito, promovendo-se protestos por todo país, durante o ano de 2015, destacando-se as manifestações: a) de 15 de março, que levou a Avenida Paulista

---

<sup>39</sup>CASTRO, José Roberto. As commodities e seu impacto na economia brasileira. Publicado em 31 mar. 2016. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil> Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>40</sup>CARVALHO, Laura. A PEC 241 pode prolongar a crise. Publicado em 13 out. 2016. Disponível em: <http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2016/10/1822278-pec-241-pode-prolongar-a-crise.shtml> Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>41</sup>FONSECA, Francisco. As três crises do governo Dilma. Publicada em 14 jul. 2015. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-tres-criises-do-governo-Dilma/4/33990> Acessado em 07 jan. 2018.

<sup>42</sup>SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda (Org.). Jornadas de Junho: a revolta popular em debate. – São Paulo: ICP, 2014.



210 mil pessoas; b) de 12 de abril, que levou as ruas da Avenida Paulista 100 mil pessoas; e, c) de 16 de agosto, que levou as ruas da Avenida Paulista 135 mil pessoas (levantamento realizado pelo DATAFOLHA<sup>43</sup>). A partir da constituição de um conjunto de *Aparelhos Privados de Hegemonia*, destacando-se: a) *Movimento Brasil Livre*; b) *Revoltados Online*; e, c) *Vem Para Rua*; articulados em torno de partidos políticos importantes do país, como PSDB-DEM-PMDB, bem como das organizações empresariais brasileiras, como FIESP e a capacidade de difusão das corporações que monopolizam os meios de comunicação no Brasil, constituiu-se um vigoroso movimento conservador de contestação social, como forma de dar sustentabilidade ao Golpe de Estado em marcha.

Em um cenário de emergência de um novo sujeito na arena política, as corporações que monopolizavam os meios de comunicação no Brasil, trataram de reeditar o pacto subterrâneo e promíscuo com o Judiciário e órgãos de controle estatais, que haviam estabelecido em 2005, em torno da *Ação Penal 470*, como forma de se eleger e definir um inimigo comum a ser combatido e expulso das instituições políticas brasileiras, via espetacularização dos processos conduzidos pelo Judiciário e órgãos de controle, bem como pela ação *hollywoodiana* de uma Polícia Federal claramente partidária e de oposição ao governo, mediada por conduções coercitivas arbitrárias, prisões preventivas ilegais e sem tempo definido; todas as ações sustentadas em delações premiadas<sup>44</sup> frágeis e pouco consistentes do ponto de vista jurídico, a partir das quais selecionava-se partes isoladas para serem vazadas e difundidas pela imprensa.

Tratava-se de acionar os instrumentos do *exclusivismo político*, como forma de aniquilamento moral e político das principais lideranças do Partido dos Trabalhadores, bem como das empresas que lhes deram sustentação político-governamental. Ou seja, nem mesmo aquela representação e participação subalterna das *classes trabalhadoras* exercida pelo Partido dos Trabalhadores, ao longo de seus treze anos de governo, não eram mais admitidos. O Golpe de Estado de 2016 encerrava um longo período de concessões e abria um drástico período de restauração.

---

<sup>43</sup>FOLHA DE SÃO PAULO. Manifestações anti-Dilma reuniu 40,3mil pessoas mostra Datafolha. Publicado em 13 dez. 2015. Disponível em <http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1718593-manifestacao-anti-dilma-em-sp-reuniu-403-mil-pessoas-mostra-datafolha.shtml> Acessado em 31 jan.2018.

<sup>44</sup>PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm) Acessado em 07 jan. 2018.

Há então a institucionalização indireta e da governança pela via de regras excepcionais, que como resultado direto aprofundou a crise, alterou a dinâmica da luta de classes e abriu um cenário de incertezas jurídico-políticas, que podem caminhar em direção à desobediência civil generalizada, inclusive no âmbito da institucionalidade, e, conseqüentemente, no aprofundamento progressivo do *Estado de Exceção*. Apesar do cenário de incertezas, os caminhos da democracia, hoje, no Brasil, encontram-se nas mãos das *classes trabalhadoras* e demais *classes subalternas*, na medida em que consiga impor resistência ao *Golpe de Estado*, pode-se constituir um movimento ascendente de abertura progressiva do regime e de democratização do país.

## **Capítulo II: O Poder Popular como alternativa a crise.**

A luta pela democratização no Brasil não pode limitar-se aos modelos burgueses, na medida em que o capitalismo no Brasil encontra-se plenamente desenvolvido e os modelos burgueses superados. Portanto, a luta pela democratização precisa ser necessariamente anticapitalista, anti-imperialista e socialista. O novo ciclo exige uma preparação robusta de um amplo movimento de massas que tenha plena consciência da natureza e função social do Estado, de tal forma a construir as organizações autônomas da sociedade civil do mundo do trabalho, necessárias a dissolução do Estado burguês em sua plenitude. Trata-se da superação do mito do auto-perfeioamento do Estado, na medida em que a mitificação do Estado em nada acumula politicamente para a revolução social.

Nas sociedades do Capital, as grandes corporações controlam a política, desde o processo eleitoral ao cumprimento dos mandatos, instituindo-se e perpetuando-se formas distorcidas de representação, tornando a política um monopólio de grupos econômicos. O Poder Popular contrapõe-se a tal perspectiva, instituindo-se formas de democracia direta nos mais diversos âmbitos da vida social, fomentando e cultivando a criação de órgãos decisórios de Poder Popular nos locais de trabalho, moradia, estudos, cultura e lazer, eleitos diretamente pelos trabalhadores. O Poder Popular constitui-se no cotidiano enquanto ação política permanente de desmercantilização da vida, como forma de cultivar as potencialidades humanas presentes em todos e em cada indivíduo.

Deve-se destacar que na sociedade do Capital, o Estado não possui o monopólio da política, apesar de institucionalizar o poder e monopolizar o poder institucional. Diferentemente, o Poder Popular é uma construção política, articulada e dinamizada no

cotidiano das organizações autônomas das classes trabalhadoras, a partir dos quais os trabalhadores gerem tanto o processo produtivo quanto suas relações de trabalho.

A ocidentalização do Brasil e o processo de socialização política reforçaram o poder burguês nos seus mais diversos âmbitos. Assim, o caráter pequeno-burguês busca constantemente harmonizar a contradição entre Capital e Trabalho. Todavia, em momentos de crises, o caráter pequeno-burguês necessita dar respostas ao Capital, de tal forma que seus fundamentos organizativo-políticos entrem em colapso. Deve-se destacar que tanto as organizações políticas de caráter democrático nacional, quantodemocrático popular, partiram e partem de uma “verdade” consagrada, seja ela, a ideia de que o capitalismo não se completou no Brasil e, portanto, tornar-se necessário completá-lo, como condição para o desenvolvimento e enraizamento da democracia. Nesse marco de contradições, os governos petistas apassivaram e desmobilizaram a classe trabalhadora, impossibilitando sua altivez e protagonismo.

Assim sendo, a realidade sociohistórica brasileira impõe as organizações autônomas das classes trabalhadoras uma contradição fundamental: os direitos civis, políticos e sociais são burgueses, enquanto as lutas por direitos de toda ordem são necessariamente constituídas no âmbito das classes trabalhadoras. Tal contradição gera necessariamente conflito de diversas ordens na sociedade do Capital, impossibilitando sua realização plena e oferecendo em seu lugar uma inserção subalterna pela via do consumo. A construção do Poder Popular oferece uma alternativa na qual o protagonismo é das classes trabalhadoras, sendo que a luta por direitos se converte, necessariamente, em lutas anticapitalista, anti-imperialista e socialista.

### **Capítulo III: A democratização necessária.**

As eleições se tornaram, ao longo da história, uma eficiente forma de dominação e controle social, a partir das quais se responsabiliza individualmente cada um dos votantes, por um sistema político-eleitoral plutocrático e degenerado, no e a partir do qual somente aqueles que detêm o poder econômico podem ser eleitos efetivamente, criando-se uma distorção representativa, de tal forma a excluir indiretamente as organizações autônomas da classe trabalhadora dos espaços de participação e representação política.

Não por um acaso, as instituições políticas brasileiras são dominadas, em todas as suas instâncias, por homens, velhos, brancos e ricos, de tal forma a excluir-se do

mundo da política a heterogênea classe trabalhadora, composta por jovens, mulheres, negros, indígenas e LGBTs. Portanto, disputar as eleições significa, por um lado, reivindicar ampla participação e representação da heterogênea classe trabalhadora; e, por outro, difundir o Programa do Poder Popular, no e a partir do qual a classe trabalhadora se autogoverna, a partir dos Conselhos Populares. Apesar das eleições caracterizarem-se como um dos momentos degenerados da pequeníssima política, na atual conjuntura de Estado de Exceção, adquire novos contornos, na medida em que a classe trabalhadora não se vê representada pelas organizações políticas existentes.

Ao cenário de crise do capitalismo mundial, as instituições políticas brasileiras responderam com fechamento e militarização do regime, via aprovação: a) de cláusulas de barreira, bloqueando a possibilidade de intervenção institucional dos partidos de esquerda; b) de leis de criminalização dos movimentos sociais, a exemplo da Lei Antiterrorismo; c) de leis excepcionais que militarizam a vida social, principalmente na periferia, criminalizando, prendendo e assassinando os pobres, em particular a juventude negra; d) da criminalização do livre pensamento, tentando-se instituir a famigerada “Escola Sem Partido”, denominada pelos trabalhadores como “Escola da Mordança”; e) da criminalização da livre expressão, manifestação e organização política das classes trabalhadoras e demais classes subalternas; f) da destruição do serviço público, aumentando os níveis de desigualdade e miséria no país; g) de uma reforma do ensino médio que bloqueia a possibilidade de elevação da escolaridade dos filhos das classes trabalhadoras, na medida em que dilui o ensino médio a uma formação fragmentada, aligeirada e de baixíssima qualidade; h) da adoção de uma políticaeconômica antidemocrática e antipopular, voltada ao aprofundamento da crise, ao achatamento dos salários e ao aumento do desemprego.

No caso específico de Goiás, os governos tucanos, além de terem participado ativamente do Golpe de Estado, conduziram o Estado ao colapso: a) crise hídrica, deixando boa parte da classe trabalhadora sem o fornecimento de água; b) crise energética, conduzindo a privatização da CELG, que sob o controle de multinacional parasitária (ENEL) passou a aumentar o preço da energia elétrica, via criação de taxas e procedimentos abusivos; c) crise do sistema educacional, conduzindo uma política autoritária de militarização das escolas públicas, controlando e coagindo os jovens goianos, proibindo-os de expressarem-se, organizarem-se e manifestarem-se livremente; d) crise do sistema de saúde, privatizando-o, como forma de beneficiar um empresariado parasitário que aumenta os seus ganhos e na mesma proporção precariza o

serviço prestado a classe trabalhadora; e) colapso da segurança pública, tanto com relação ao aumento da violência na periferia, quanto da ausência completa de estrutura adequada do sistema prisional; f) colapso nas contas públicas e envolvimento do alto escalão do governo em casos de corrupção; g) crise do acesso à cidade, na medida em que os governos municipal e estadual beneficiaram os especuladores, aumentando o preço dos aluguéis e quantidade de despejos, bem como expulsando os trabalhadores para cada vez mais longe do centro da cidade; h) crise do transporte “público”, com progressivos aumentos, tornando-o caro, lento, ineficiente e de baixíssima qualidade, impactando cada vez mais o salário do trabalhador.

O contexto de Golpe de Estado e aprofundamento do Estado de Exceção, coloca a necessidade da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora, exigindo das organizações autônomas das classes trabalhadoras unidade programática e a constituição de uma plataforma comum antifascista, em defesa de seus direitos fundamentais (Frente Ampla). Portanto, a defesa da bandeira “*Lula Livre*”, dialoga diretamente com a defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Isso não quer dizer que o PCB concorde com os governos de conciliação de classes petistas e apoie o seu retorno como alternativa à esquerda. Antes o contrário, o PCB defende o direito de Lula ser candidato, na medida em que o processo que o levou a prisão é de caráter persecutório e próprio de regimes de Estado de Exceção. Todavia, entende que a candidatura Lula é uma candidatura da ordem capitalista e dialoga com os interesses das classes dominantes. Assim, defendemos uma candidatura autônoma e classista, que dialogue e represente os interesses das classes trabalhadoras. Nesse sentido, coloca-se a necessidade de constituição de uma *Frente Única de Esquerda*, anticapitalista, anti-imperialista e fundamentada no Poder Popular, capaz de aglutinar as forças políticas que defendem a revolução social e a retomada do protagonismo das classes trabalhadoras.

O PCB em Goiás atua na construção de ambas as Frentes, entendendo-as como partes fundamentais da construção da nova hegemonia socialista. Nesse sentido, o PCB defende nas eleições de 2018 a construção efetiva e permanente de diálogos com todas as organizações autônomas das classes trabalhadoras, bem como com as forças progressistas políticas, sociais, culturais e religiosas que se colocam na defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores. No âmbito do movimento sindical, o PCB em Goiás defende a realização do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT), como forma de constituição de uma plataforma unificada e combate ao ataque das contrarreformas do Governo Golpista (MDB-PSDB-DEM), que atingem diretamente a

classe trabalhadora, tais como: a) a reforma da terceirização de atividades meio e fins; b) a reforma trabalhista, que elimina todos os direitos dos trabalhadores; e, c) a reforma da previdência, que se encontra no Congresso Nacional e deve voltar à pauta, após as eleições.

Assim, as eleições de 2018 impõem as classes trabalhadoras grandes desafios. O PCB em Goiás, a partir dos desafios colocados pela realidade objetiva, coloca-se a tarefa de lançamento de candidatura própria, como forma de colaborar com a organização da classe trabalhadora e difundir o princípio da dualidade de poderes, no e a partir do qual os trabalhadores se autogovernam paralelamente ao Estado burguês, organizando-se em seus locais de trabalho, moradia e estudantil, bem como participando ativamente dos dias e jornadas de lutas dos trabalhadores, que exigirão unidade e força.

Nesse sentido, o PCB apresenta o seu Programa enquanto possibilidade e alternativa efetiva de organização da classe trabalhadora. O PCB não se dispõe, nem se coloca na condição de administrador, organizador e operacionalizador do capital. Portanto, sua candidatura é fundamentalmente anticapitalista e anti-imperialista, e busca plantar, cultivar e difundir os germes de uma nova hegemonia de caráter socialista e fundamentada no Poder Popular.

#### **Capítulo IV: Educação.**

Historicamente, o sistema educacional brasileiro é marcado e definido pelas profundas desigualdades educacionais no Brasil. Trata-se de um sistema educacional que se desenhou como forma de atender a um tipo de capitalismo tardio, dependente e associado, vinculado a produção de baixíssima tecnologia e marcado por um amplo exército industrial de reserva, portanto, a uma formação precária, aligeirada e tecnicista. Nesse sentido, a história do sistema educacional brasileiro é a história da exclusão e do rebaixamento do nível de escolarização dos filhos da classe trabalhadora. No Estado de Goiás, não é diferente. Em via de regra, criou-se sistemas educacionais melhores articulados e com garantias de elevação da escolarização nas áreas centrais dos grandes centros urbanos, todavia relegando ao interior, as periferias e ao campo um tipo de formação aligeirada, precária, pragmática e tecnicista.

O Golpe de Estado de 2016 aprofundou a condição de jovens entre 15 e 24 anos que nem estudam nem trabalham. Em 2018, esse número chegou a 11 milhões, de acordo com o IBGE, sendo que 60% dessa população é composta por mulheres,

interseccionando-se as questões de classe, gênero e étnico-racial. Somado aos jovens desempregados e que não estudam, o Brasil possui 14 milhões de jovens que estudam e/ou trabalham, mas apresentam atrasos significativos de aprendizagem (IBGE). Os mais de 60 mil homicídios ocorridos no Brasil a cada ano exterminam parte significativa da juventude brasileira, principalmente os jovens negros das periferias; além disso, são massacrados sócio culturalmente 25 milhões de jovens brasileiros. Trata-se do extermínio e do massacre de gerações de jovens que poderiam ter suas potencialidades desenvolvidas e contribuir criativa e autonomamente para o desenvolvimento do país.

Em Goiás, são 162 mil jovens, entre 15 e 24 anos, que nem trabalham nem estudam. Levando-se em consideração que a população goiana nessa faixa etária é de 714 mil no Estado, chegamos aos alarmantes dados de que mais de 20% da juventude goiana não possui nenhum tipo de perspectiva futura, abandonada à própria sorte, suscetível às drogas, à violência urbana e ao trabalho precário. De acordo com pesquisas da UFG, 15% desses jovens são mulheres e 9% homens.

A política do PCB para a educação fundamenta-se na estruturação do Sistema Educacional goiano, baseado na *Formação Integrada*, em que o Currículo articula e se desenvolve a partir de três dimensões fundamentais, em sua estrutura interna: *Ciência, Cultura e Trabalho*; de tal forma a fomentar e cultivar os arranjos produtivos, sociais e culturais, local e regional. Trata-se de formar indivíduos reflexivos, com capacidade crítica e de intervenção nos espaços em que se encontram inseridos, tanto do ponto de vista político-econômico, quanto sociocultural.

A política pcbista para a educação defende a constituição de um sistema educacional público, gratuito, laico, universal e de qualidade, estruturado e organizado a partir do controle social. Portanto, trata-se de atribuir autonomia política, financeira, administrativa, organizativa e pedagógica para as Escolas, afastando-as das concepções fisiologistas, clientelistas e corruptas, presentes no Estado. Assim, o PCB defende a constituição de Conselhos Populares, eleitos, com mandatos imperativos, composto pelos trabalhadores da área e pelas comunidades locais, como forma de administrar, organizar e definir as políticas educacionais para as Escolas, levando-se em conta os arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

No Estado de Goiás, o Censo Escolar demonstra a existência de 1.134.720 estudantes na Rede Pública e apresenta os seguintes dados:

- a) Creches: 38.372 matrículas em período integral e 9.211 em período parcial;



- b) Ensino Fundamental: 304.554 matrículas em período parcial e 76.044 em período integral (anos iniciais); enquanto que nos anos finais, foram 297.629 matrículas em tempo parcial e 25.715 em tempo integral;
- c) Ensino médio: 205.710 estudantes em tempo parcial, e 5.239 em tempo integral.
- d) Educação de Jovens e Adultos: 30.798 matriculados no Ensino Fundamental e 22.800 no Ensino Médio.
- e) Educação Especial: 24.116 matrículas, nas redes públicas e privadas. Sendo que, a maioria dos matriculados estão no ensino fundamental com 11.887 estudantes e 224 nas creches.

O sistema educacional do Estado de Goiás está estruturado em profundas desigualdades, tanto na relação campo-cidade e centro-periferia, quanto na relação entre as próprias cidades. A população goiana tem em média 8,1 anos de estudos, o que equivale ao término do Ensino Fundamental, condicionando uma população com baixíssimo nível de escolaridade, especialização e salários. Os mesmos dados demonstram que apenas 18,6% dos jovens goianos acessam o Ensino Superior, o que explica a profunda desigualdade econômica do Estado. De acordo com o último Censo do IBGE, o rendimento nominal mensal domiciliar per capita do goiano equivale a R\$1.277,00; enquanto que o PIB produzido pelo Estado aponta para a relação per capita de R\$32.594,32.

O período marconista, a partir da gestão antidemocrática e antipopular da Secretária da Educação Raquel Teixeira, aprofundou as desigualdades político-econômicas e socioculturais em Goiás, desestruturando o precário sistema educacional política e sociocultural, bem como pedagogicamente. Não foi constituída uma política efetiva de formação de professores, tampouco foi atribuída autonomia às Escolas Estaduais, submetendo-as a lógica de controle e coerção social; ao mesmo tempo, tentou-se convertê-las em instrumento de barganha política, via a desastrosa e autocrática política de militarização das Escolas, bem como as constantes tentativas de transferência da gestão das Escolas para as Empresas (iniciativa privada) de amigos, como forma de criar relações fisiológicas e clientelistas, estruturadas em esquemas de corrupção profundos. Ao mesmo tempo em articula-se um sistema de ensino militarizado, estruturado em relações políticas questionáveis, desenvolvidas entre o governo do Estado e a Corporação.

Do ponto de vista administrativo-organizativo, tanto a militarização das Escolas, quanto sua transferência para as supostas Organizações Sociais (Os's) - empresas de

amigos do tradicional sistema político-partidário goiano: a) retiram autonomia das Escolas e, portanto, sua capacidade de dar respostas aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; b) precariza as relações de trabalho dos profissionais da educação, submetendo-os a jornadas de trabalho cada vez maiores, a baixíssimos salários e a péssimas condições de trabalho; c) restringe a liberdade de expressão, manifestação e organização dos alunos; d) institui um sistema de ranqueamento entre Escolas e Municípios, aprofundando as desigualdades entre campo-cidade e centro-periferia; e) aprofunda o sistema de seleção de alunos, ampliando cada vez mais as desigualdades de formação escolar.

Do ponto de vista pedagógico, institui uma política de formação pragmática e aligeirada, estruturada na má-qualificação e precariedade da formação, bem como em uma estrutura repressiva brutal, tanto para os trabalhadores da educação, quanto para os estudantes.

#### **Quanto a isso, propomos:**

1) Estatização plena de todo o sistema educacional público goiano, conferindo autonomia financeira, política, administrativa e pedagógica as instituições educacionais em seus diferentes níveis e modalidades, colocando-as sob controle dos trabalhadores, a partir da criação de Conselhos Populares, eleitos entre os profissionais da área e usuários, com mandatos imperativos e com autonomia para a definição, administração e organização das políticas educacionais.

2) Articulação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino, como forma de planejar, administrar e organizar as políticas educacionais.

- **Ensino Infantil** (universalização de acesso, permanência e êxito);

- **Ensino Fundamental** (universalização de acesso, permanência e êxito);

- **Ensino Médio** (universalização de acesso, permanência e êxito); e,

- **Ensino Superior** (universalização de acesso, permanência e êxito).

3) Adoção de políticas voltadas à estruturação, fortalecimento e consolidação dos dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, presentes no Estado de Goiás (IFG e IFGoiano). A estruturação e consolidação dos Institutos Federais serviriam de experiência para a transformação de todo o sistema educacional goiano, particularmente, o Ensino Médio.

4) Adoção da Formação Integrada em todos níveis e modalidades de ensino da Rede Pública, articulando um conceito de Educação Básica que abranja desde o Ensino

Infantil ao Médio Integrado, como forma de forjar Currículos articulados aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

5) Estabelecer relações de parceria com os Institutos Federais, como forma de se incentivar e articular políticas de formação e formação continuada de professores.

6) Estabelecer relações de parceria com os Institutos Federais, como forma de se incentivar e articular políticas de Educação de Jovens e Adultos, tanto no Ensino Fundamental e Médio, como Superior, para atender as necessidades dos diversos contextos e arranjos produtivos locais do Estado.

7) Estabelecer relações de parceria com os Institutos Federais, voltadas à criação de Cursos Superiores e Médio Integrado, como forma de elevar a escolaridade dos filhos dos trabalhadores do campo, bem como criar uma expertise capaz de fazer a transição do degenerado modelo agroquímico para o modelo agro-orgânico, transitando de uma economia fundamentada no latifúndio e no agronegócio, para uma economia de agricultura familiar fundamentada na agroecologia.

8) Implementar uma política de segurança alimentar e nutricional em toda a Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis e modalidades, a partir do fomento a agricultura familiar e a agroecologia, levando alimentos saudáveis orgânicos para as Escolas, como forma de combater a obesidade e outras doenças e transtornos relacionadas a má alimentação. Estabelecer parceria com os pequenos e médios produtores, criando-se estímulo a produção de alimentos orgânicos e saudáveis, para abastecer as Escolas da Rede Pública e garantir a segurança alimentar da juventude goiana.

9) Criação de Institutos Estaduais, com autonomia política, financeira, administrativa e pedagógica, enquanto sistema educacional formativo voltado à elevação da escolaridade dos filhos da classe trabalhadora urbana e rural, articulando-se um tipo de formação emancipatória, que se preocupe tanto com a qualificação da classe trabalhadora, quanto com o desenvolvimento de suas capacidades criativassocioculturais, fundamentados no respeito à diversidade.

10) Criação de Centros de Atendimento Multidisciplinares em todos os Municípios e Bairros dos grandes centros urbanos, como forma de estruturar, garantir e efetivar o processo de inclusão de pessoas com deficiências no sistema educacional, instituindo-se políticas de acessibilidade: a) atitudinal; b) arquitetônica; c) metodológica; d) programática; e) instrumental; f) nos transportes; g) nas comunicações; e, h) digital.

11) Criação de Centros de Cultura Popular em todos os Municípios do Estado e bairros dos grandes centros urbanos.

12) Criação de Bibliotecas Públicas em todos os Municípios do Estado e bairros dos grandes centros urbanos.

## **Capítulo V: Saúde Pública.**

Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), de tal forma a estruturar o sistema de saúde goiano em seu caráter público, universal, gratuito e de qualidade, voltado ao atendimento de toda a classe trabalhadora goiana.

O Brasil experimentou um avanço sem precedentes na saúde pública com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Foram necessárias décadas de intensa movimentação popular para que o direito à saúde pública, gratuita e de qualidade fosse estendido a todos os cidadãos, com sua consagração na Carta Maior de 1988, direito este que deve ser garantido pela administração pública. O Estado de Goiás, em sua Constituição, também seguiu o posicionamento federal e reforçou a obrigação estatal de se garantir tal direito.

Todavia, o esforço dispensado para a consolidação de um arcabouço jurídico que contemplasse o direito à saúde de forma universal, integral e igualitária corre o risco de ter sido em vão. É nítida a resistência enfrentada pelos defensores do SUS para conseguir que ele seja, de fato, implantado. Interesses notadamente econômicos atuam de maneira obscura e inescrupulosa na tentativa de desconstruir e inviabilizar o atendimento público de saúde. O não cumprimento dos preceitos legais culmina na precarização dos serviços prestados.

Falta de recursos humanos e materiais, estrutura inadequada para o atendimento, falta de leitos para internação, pouco ou nenhum interesse na aplicação de políticas públicas voltadas para a atenção básica em saúde, dentre outros, são alguns dos problemas enfrentados pelos usuários do SUS atualmente. Sem alternativa, a sociedade é levada a acreditar que a solução de tais problemas é a entrega dos serviços de saúde à iniciativa privada (seja sob a forma de exploração direta ou através de terceirizações), que cobrará (e já cobra) preços absurdos pelo atendimento que deveria ser, obrigatoriamente, efetivado pela administração pública. Importante destacar que o poder público não está fazendo favor ou caridade ao cidadão; este contribui para o funcionamento do sistema através dos tributos.

Enfim, nosso projeto de saúde pública é pautado nos princípios da Universalidade, Integralidade e Equidade! Somos contra a utilização da doença como fonte de lucro! Vamos valorizar o maior Sistema Único de Saúde do planeta! Saúde não é mercadoria!

Diante desta situação, a candidatura de do PCB ao Poder Executivo Estadual, visa contribuir para a garantia do cumprimento, por parte do poder público, de suas obrigações no que tange à saúde pública.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Fiscalizar o cumprimento integral, por parte do Poder Público, que dispõe sobre o valor mínimo a ser aplicado pelo Estado em ações e serviços públicos de saúde.
- 2) Combater e romper com qualquer medida que tenha como objetivo o repasse dos serviços de saúde para as mãos da iniciativa privada, particularmente a gestão pelas Organizações Sociais (OS's), tendo em vista que os referidos serviços devem ser, constitucionalmente prestados pela administração pública.
- 3) Propor a discussão, mediante audiências públicas ou outros instrumentos pertinentes, sobre o modelo de gestão de saúde pública em Goiás.
- 4) Trabalhar, em parceria com o Conselho Estadual de Saúde, no sentido de fomentar a criação de Conselhos Locais de Saúde nas unidades em que ainda não existam, e fortalecer a atuação dos Conselhos já existentes, pois é através destas estruturas que a população usuária do SUS consegue exercer o Controle Social.
- 5) Propor a criação de Unidades de Saúde voltadas para o atendimento de dependentes químicos.

**a) Aborto como saúde pública**

No Brasil, o aborto é proibido, salvo, exceções quando há risco à vida da mãe causado pela gravidez, em casos de estupro e se o feto não tiver cérebro. São realizados cerca de 46 milhões de abortos anualmente em todo o mundo, aproximadamente 160 mil por dia. Dentre esses, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 19 milhões são feitos de maneira clandestina e insegura, resultando na morte de 70 mil mulheres por ano; mais de 5 milhões enfrentam sequelas do procedimento mal realizado. As leis restritivas são a causa fundamental dessas mortes.

Estima-se que pelo menos dois abortos são realizados por minuto no Brasil (IPAS Brasil). A Pesquisa Nacional de Aborto 2016 (PNA), revela que as mulheres

negras e indígenas com menor nível de escolaridade, e que vivem no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apresentam taxas de aborto mais altas. Somente no centro-oeste do Brasil, cerca de 55 mil abortos são realizados anualmente.

A criminalização do aborto traz consequências negativas para a saúde das mulheres, é pouco efetiva na coibição da prática e reafirma as desigualdades sociais. Essa é mais uma forma de controle sobre a vida das mulheres e de manutenção do sistema patriarcal, principalmente sobre as mulheres negras e pobres das periferias urbanas. Não é possível falar sobre a criminalização do aborto sem fazer o recorte de classe e raça/etnia, já que as mortes ligadas a esse procedimento se dão em sua esmagadora maioria ligadas aos procedimentos inseguros, feitos em locais sem condições mínimas necessárias.

### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Adoção de Políticas de redução de danos, entendendo o usuário de entorpecentes no âmbito da saúde pública.
- 2) Defesa da descriminalização das drogas.
- 3) Defesa da descriminalização total do Aborto.
- 4) Pelo direito ao abortamento legal indiscriminado e seguro até 12 semanas de gestação.
- 5) Pela formação de profissionais de saúde capazes de acolher e conduzir de forma humanizada a realização de abortos seguros nos casos já previstos em lei;
- 6) Pela implementação dos programas de educação sexual nas escolas, que sejam efetivos na discussão do tema.
- 7) Pela ampliação e simplificação do acesso a métodos contraceptivos gratuitos, incluindo DIU, laqueaduras e vasectomias.
- 8) Pela qualificação dos profissionais que atuam nas maternidades visando a humanização do atendimento às parturientes e puérperas.
- 9) Pelo cumprimento da lei do acompanhante, nas esferas pública e privada, assim como da recém aprovada Lei de Doulas.

### **b) A assistência social**

A realidade político-social das camadas populares da sociedade brasileira demanda políticas consistentes de assistência social. Todavia, uma política social que não se constitua em um instrumento do capital pela via da contenção dos efeitos mais

deletérios das contradições sociais que o capitalismo engendra e do assistencialismo como meio de passivização da classe trabalhadora.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Garantir que o Governo assuma a responsabilidade do financiamento da política de assistência social, pelo cofinanciamento, com recursos repassados de fundo a fundo, com correção e aumento real dos valores.
- 2) Destinação de, no mínimo, 10% do orçamento da seguridade social para os serviços socioassistenciais.
- 4) Regulamentação de serviços, com composição de equipes de referência, cobertura da rede socioassistencial e de formação de um amplo quadro de trabalhadores/ as, mediante concurso público.
- 5) Implantação de instâncias de gestão democrática nas unidades locais de atendimento do SUAS.
- 6) Acompanhamento do processo de implantação da gestão do trabalho do SUAS por meio da participação no Fórum dos Trabalhadores.
- 7) Fortalecimento do Fórum dos Trabalhadores do SUAS em nível nacional, estadual e municipal, ampliado para todas as categorias profissionais independentemente do nível de escolaridade.
- 8) Uma agenda da gestão do trabalho do SUAS, contemplando: articulação com outras categorias profissionais, sindicatos e forças sociais, visando à instituição das câmaras/mesas de negociação para a defesa e regulação das condições e relações de trabalho.
- 9) Uma política de capacitação permanente para os/as trabalhadores/as do SUAS.
- 10) O aprofundamento das discussões sobre o trabalho do/a assistente social no SUAS, problematizando suas competências, atribuições profissionais, direção técnico-política na gestão, trabalho socioeducativo, na perspectiva da educação popular e da mobilização social.
- 11) Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) e remuneração digna dos/as trabalhadores/as do SUAS.
- 12) A implantação das 30hs de jornada semanal dos/as assistentes sociais no SUAS sem redução de salário.
- 13) A implantação de ações de segurança e saúde do/a trabalhador/a do SUAS.



14) Defender os direitos humanos e sociais e se posicionar contrário a ações de gestores/as públicos/as da assistência social que promovem a internação compulsória, o abrigo involuntário e compulsório e a política de higienização das cidades, considerando-os uma forma de violação dos direitos humanos – *toda violação de direitos é uma forma de violência*.

15. Adoção de estratégias coletivas frente à violação dos direitos dos/as assistentes sociais, relativo às condições éticas e técnicas de trabalho, conforme definido na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética profissional.

16. A não criminalização dos movimentos sociais, urbanos e rurais. As conquistas da classe trabalhadora são resultado de sua luta e resistência.

## **Capítulo VI: Meio Ambiente.**

A ocupação urbana e o adensamento populacional desordenado têm resultado em graves crises ambientais, a mais recente a de abastecimento de água. A falta de tratamento de esgotos e de efluentes industriais e agroindustriais, bem como o volumoso desperdício de água, principalmente no agronegócio, devido a um sistema de irrigação ineficiente e desastroso, contribuem para este cenário de crise ambiental e de escassez de água.

A sociedade do capital, por fundamentar-se na mercantilização da vida, inclusive dos recursos naturais, cada vez mais gera conflitos permanentes e de diversas ordens, associados aos usos múltiplos da água, bem como a cobrança pelo seu uso, o que pressionará progressivamente os governos a tomarem decisões que envolvam o tratamento de água, esgoto e resíduos e o reuso de água, tanto no campo, quanto na cidade.

O agronegócio é um modelo degenerescente que é um grande consumidor de água e gerador de resíduos. Ao mesmo tempo, o meio agrícola não é contemplado com abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgotos e dejetos. O binômio fossa-poço e a disposição não controlada de dejetos animais em solos é realidade no meio rural brasileiro, ocasionando contaminação ambiental e problemas de saúde pública.

A falta de tratamento de esgoto e dejetos animais na zona rural tem forçado a busca por soluções práticas, econômicas e eficientes para tratamento e reuso de águas servidas. Atualmente, a prática do reuso é realidade em alguns países. No Brasil, o reuso

tem sido incentivado como forma de minimizar a escassez de água potável e a degradação de mananciais causada pelo despejo direto de esgotos e resíduos. Os entraves à expansão da técnica são de ordem político-econômica vinculadas ao modelo do agronegócio.

As propriedades rurais, geralmente, não são servidas pelos sistemas de tratamento de água e esgotos operados por empresas de saneamento. A associação fossa-poço é comum, aumentando os riscos de proliferação de doenças e parasitas por meio da contaminação da água subterrânea. A irrigação e lavagem de verduras, hortaliças e frutas com água de mananciais contaminados com esgotos domésticos e o uso direto no solo de resíduos, como a cama-de-frango e resíduos de suínos e bovinos, são fontes de contaminação do produto agrícola e das águas subterrâneas.

Para o reaproveitamento de águas residuárias na agricultura é necessário que o seu tratamento seja eficaz. Os Cadernos Setoriais dos Recursos Hídricos (Ministério do Meio Ambiente, 2006) citam que a agricultura brasileira consome 69% da água dos mananciais, seguindo-se o abastecimento doméstico (21%) e a atividade industrial (10%). Dados semelhantes foram obtidos pelo Banco Mundial (1994), indicando que a agricultura consome 69% da água, enquanto que o consumo residencial e industrial é de 23% e 8%, respectivamente.

O excesso de água colocado no solo contribui para o transporte de fertilizantes e pesticidas, poluindo águas superficiais e subterrâneas. Dentro do conceito “poluidor pagador”, a propriedade pode ser taxada pela disposição de contaminantes oriundos da atividade agrícola via recarga da água subterrânea e/ou lançamento em corpos de água. A agricultura, como grande depositária de produtos químicos e orgânicos sobre corpos de água, seria um dos setores mais afetados por essa nova gestão dos recursos hídricos.

A pecuária confinada é outra atividade que consome grande volume de água, gerando resíduos, especialmente nos casos em que a limpeza de baias é efetuada por meio de lavagem. O caso da suinocultura talvez seja o mais grave. Nas granjas de suínos, o consumo de água para dessedentação dos animais e lavagem de baias varia de 7 a 45 litros de água para cada animal por dia. A água de lavagem das baias é impregnada de fezes, urina, restos de ração, pêlos, fármacos e hormônios utilizados na criação dos animais.

O uso direto desta água em solos agrícolas tem causado problemas de contaminação do solo com metais pesados, como o cobre e zinco, além do sódio, que estão presentes na ração animal. Contudo, a maior preocupação seria a contaminação do

solo e água subterrânea com nitrato e patógenos. Valores elevados de nitrato na água de consumo humano estão associados à ocorrência de metahemoglobinemia infantil. O nitrato causa oxidação da hemoglobina normal à metahemoglobina, que não é capaz de transportar oxigênio para os tecidos. Em organismos adultos, tais compostos são responsáveis por elevados índices de câncer de estômago. A legislação brasileira (Ministério da Saúde, 2004) estabelece valores máximos de 10 miligramas por litro de nitrogênio na forma de nitrato para água de consumo humano.

Nos Estados Unidos estimou-se que 75.000 crianças abaixo de 10 anos estavam expostas ao consumo de água contaminada com nitrato (U.S.EPA, 1999). Atividades agropecuárias, como a suinocultura, representam elevado potencial poluidor, sendo necessário licenciamento ambiental para seu o funcionamento (Resolução CONAMA N 237, artigo 3º, 1997). O licenciamento ambiental da atividade das granjas é concedido mediante a comprovação de tratamento eficiente dos dejetos, e o reuso dos efluentes pode ser efetuado, desde que sua qualidade esteja dentro das normas ambientais vigentes.

No Brasil, 65% das internações hospitalares de crianças menores de 10 anos estão associadas à falta de coleta e tratamento de esgotos (BNDES, 1998). Nos países em desenvolvimento, estima-se que 80% das doenças e mais de um terço das mortes estejam associados ao contato e uso de águas contaminadas (Galal-Gorchev, 1996).

A coleta e tratamento de esgotos, no Brasil, não abrangem as zonas rurais, deixando por conta do proprietário rural a destinação dos dejetos, que quase sempre se dá por meio de fossa negra. Do ponto de vista científico-tecnológico, observa-se a existência de técnicas de tratamento de água e dejetos que podem ser empregadas com sucesso. Contudo, o custo de aquisição de equipamentos, os insumos utilizados e a elevada manutenção dos sistemas inviabilizam sua implantação no meio rural.

#### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Universalização do saneamento básico, tanto no campo, quanto na cidade.
- 2) Promoção de política e financiamento voltada para a coleta e armazenamento de água de chuva para proporcionar o abastecimento da propriedade agrícola nos meses de escassez de água.
- 3) Promoção de política de controle, restrição e substituição dos principais contaminantes de água no meio rural, que em via de regras consistem de argilas

suspensas, matéria orgânica, patógenos originados de fossas sépticas, além de pesticidas e fertilizantes utilizados nas culturas agrícolas.

4) Adoção de processos de decantação, filtração e desinfecção, utilizados na sequência para o tratamento de água.

5) Promoção de política voltada para a desinfecção de água de chuva, córregos e poços para abastecimento e irrigação de hortas pode ser efetuada por meio da cloração.

6) Promoção de política e financiamento voltada para a adoção de sistema de fossa séptica para tratamento primário de esgoto para pequenas comunidades, baseado nos sistemas biodigestores.

## **Capítulo VII: A democratização/socialização da cidade: por uma cidade popular e humanizada.**

### **a) Transporte Público**

As experiências e modelos capitalistas de transporte público se mostraram fracassadas e ineficazes, naquilo que diz respeito ao processo de garantia do acesso à cidade, de tal forma que tais políticas têm convertido as cidades em espaços de individualização, desumanização e de mercantilização da vida. O PCB pretende transformar as cidades em espaços de humanização, socialização e emancipação humana, estimulando e cultivando a diversidade.

A luta por um transporte público é contínua e requer cada vez mais força e organização, resistindo aos ataques constantes do governo Temer e dos governos coronelistas em Goiás. O aumento no preço das tarifas de ônibus proposto pelos empresários do transporte é mais um dos muitos ataques que os trabalhadores têm sofrido e que vai de encontro ao nosso direito de acessar a cidade.

Todos os dias, estudantes, trabalhadores usam o transporte público para chegar ao seu local de estudo, trabalho, moradia e também de lazer. Acontece que esse serviço, operado por trabalhadores para a locomoção de outros trabalhadores, é organizado em torno de uma lógica de lucro, de modo que tudo – a quantidade de ônibus circulando, as linhas, a rotatividade, o preço da tarifa e grande exploração dos trabalhadores do transporte – é pensado para aumentar efetivamente esse ganho privado, o que é uma grande contradição, visto que o transporte deve ser garantido pelo Estado, constando no artigo 6º da Constituição Federal como direito social. Além disso, o não acesso ao transporte público fere diretamente direitos individuais e sociais, todos garantidos pela

constituição – sem conseguir se locomover, os trabalhadores não têm liberdade de ir e vir, nem acesso à educação, saúde, moradia, lazer etc., sobretudo nos grandes centros urbanos.

Em Goiás, ao longo dos últimos 23 anos, a tarifa de ônibus na região metropolitana de Goiânia teve alta de 912,5%, enquanto a inflação acumulada desde então teve alta de 440%. Ademais, a tarifa do transporte público em Goiânia e região metropolitana sofre reajuste praticamente todos os anos, sempre sob justificativa de que é devido a correção inflacionária. Recentemente, em 2018, o aumento de tarifa do transporte público em Goiânia e região metropolitana, proposto pela Câmara Deliberativa de Transportes (CDTC) foi para R\$4,00, aumentando R\$ 0,30 no antigo preço da tarifa. Esse valor corresponde a um aumento de 9,5%, enquanto que o recente aumento no salário mínimo, de R\$ 17,00, corresponde à 1,8%. No último reajuste, o preço da tarifa foi de R\$ 3,30 para R\$ 3,70. Enquanto isso, a realidade do transporte público em Goiânia e região metropolitana é desastrosa. Não há qualidade no serviço oferecido pelas empresas que gerem o transporte público, a frota de ônibus não é suficiente para atender toda a demanda, as linhas não são todas funcionais, obrigando os usuários do transporte público se deslocarem de terminal a terminal para trajetos simples, os ônibus muitas vezes estão em condições precárias ou impedidos de circular, e não há segurança nos ônibus e terminais. Além disso, os trabalhadores desse serviço são condicionados muitas vezes a jornadas de 10 horas, com salários ínfimos e condições precárias de trabalho.

Essa realidade corresponde a mais uma face do que ocorre quando há privatização e cartelização do transporte público, que passa a ser um meio para o enriquecimento de empresários que desfilam em carros e helicópteros luxuosos, mantendo seu domínio econômico através de vários mecanismos, como acordos com governantes para precarização do serviço público de transporte.

Quanto aos estudantes que dependem do transporte público, além de estarem nas mãos dos empresários que gerenciam o serviço, para ter acesso à cidade os estudantes também enfrentam a dura realidade estarem reféns da reitoria de suas universidades e das políticas públicas de bolsa e assistência estudantil. As bolsas estudantis são constantemente cortadas, e quando não, não funcionam plenamente, com o benefício atrasado e muitas vezes não sendo depositado seu valor integral. É essa a realidade do passe livre em Goiânia. O Ministério Público tem recebido denúncias diárias de problemas com o funcionamento deste que é um direito essencial para o estudante.

Além disso, ao entendimento do governo, o estudante apenas deve ter seu passe livre para se locomover única e exclusivamente de sua casa ao local de estudo. Quando utilizado em uma outra linha de ônibus, seja para ir ao trabalho ou a locais de lazer, ou até mesmo caso o estudante parta de um outro local para a sua escola ou universidade, o passe livre é arbitrariamente cortado.

Isso tem expulsado cada vez mais estudantes da escola e universidade, devido à dificuldade de mobilidade nas cidades, além da necessidade de trabalhar para sobreviver, o que muitas vezes consome todo o tempo de estudo e impede a continuidade nos cursos. A cada dia tem sido mais difícil para a juventude trabalhadora permanecer estudando!

É preciso dizer também que a questão da insegurança também é muito presente no transporte público. Os atos de assédio, furto e até assassinato fazem com que ônibus e metrô sejam mais um espaço de alerta para os trabalhadores que os utilizam.

É preciso responder à privatização do transporte com a luta pelo controle dele pelos trabalhadores e usuários, livre da sede de lucro dos empresários e organizado em torno necessidades concretas da classe trabalhadora.

#### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Estatização de toda estrutura de mobilidade e transporte urbano, colocando-o sob controle social.
- 2) Criação de Conselhos Populares, eleitos, com mandatos imperativos, compostos pelos trabalhadores da área e usuários dos serviços de transportes, responsáveis pela discussão e definição de políticas públicas de universalização do transporte, garantindo-se o acesso de mobilidade urbana a todos.
- 3) Pela redução da tarifa do transporte público.
- 4) Pelo passe livre irrestrito.

#### **b) Habitação:**

A Constituição de 1988 definiu a moradia enquanto um direito social. Nesse sentido, o conceito de déficit habitacional passou a ser considerado um indicativo de vulnerabilidade social, na medida em que se tratara de uma situação de risco econômico-social. No Estado de Goiás, de acordo com o Instituto Mauro Borges, o déficit habitacional atinge 159.538 famílias, com 450.925 pessoas em situação de vulnerabilidade social. Todavia, o número pode ser maior, se considerado outras fontes,

na medida em que o número de famílias em situação de déficit habitacional foi definido a partir do número de pessoas inscritas no CadÚnico. As pesquisas também indicam um grande número de famílias expostas à pressão que os custos de alugueis exercem sobre a sua renda familiar, bem como vivendo em habitações precárias.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Condução de combater ao déficit e condições habitacionais precárias mediante desapropriação de imóveis e terrenos abandonados, destinando-os a Moradia Popular.
- 2) Criação de Conselhos Populares para a formulação de políticas de habitação e exercendo controle na sua implementação, democratizando o espaço urbano.

**c) Democratizar o acesso a energia:**

Assegurar o acesso ao fornecimento de energia, democratizando-o é um processo fundamental com vista à elevação da qualidade de vida das camadas populares. Portanto, a mercantilização do acesso à energia não coaduna com um processo de elevação da qualidade de vida da sociedade, o que demanda a sua desmercantilização.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Condução do processo de reestatização da ENEL (CELG), colocando-a sob controle dos trabalhadores e usuários.
- 2) Criação de Conselhos Populares, eleitos, com mandatos imperativos, compostos pelos trabalhadores da área e usuários dos serviços de prestados pela estatal, responsáveis pela discussão e definição de políticas públicas de universalização do acesso a energia elétrica, garantindo-se seu fornecimento à todos.

**d) Saneamento Básico:**

A Saneago foi transformada em uma empresa de economia mista, submetida a uma diversidade de formas de corrupção. Diretores sendo presos passou a compor a imagem que da empresa nos últimos anos.

O tratamento de esgoto em Goiás é realizado pela Saneago. Esse tratamento consiste basicamente em retirar a matéria orgânica, não conduzindo o tratamento bacteriológico.



A coleta, afastamento e tratamento de esgoto das cidades de Rio Verde, Jataí, Trindade e Aparecida de Goiânia foram transferidos para a Odebrecht Ambiental que, por sua vez, transferiu para a Brook-Field Ambiental. Manobra esta que pode abrir caminho para o controle sobre a oferta de água nestas cidades.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Assegurar a cobrança de tarifa social, na forma de taxa reduzida, para a população de baixa renda.
- 2) Combater a corrupção, sobretudo sob a forma de licitação fraudulenta, que graça na Saneago.
- 3) Desprivatizar a Saneago, transformando-a em uma empresa 100% pública.
- 4) Criar um Conselho Popular, constituído por trabalhadores da área e usuários, com mandatos imperativos, para o controle democrático e popular da Saneago.

**e) Crise Hídrica:**

O Estado de Goiás tem convivido com o fenômeno da chamada crise hídrica. Esta, por sua vez, recai fundamentalmente sobre as camadas populares das cidades e os agricultores familiares. Embora o sistema de mídia acentue as explicações climáticas e culpabilize a classe trabalhadora pelo uso irracional dos hídricos, não se pode ignorar o grande peso que o uso de água pelo agronegócio, a degradação dos mananciais e a ausência de investimentos públicos assumem como determinantes da crise hídrica.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Ampliar, sob controle e supervisão popular, os investimentos públicos em armazenamento de água por meio da Saneago.
- 2) Limitar o uso dos recursos hídricos por parte do agronegócio.
- 3) Implementar políticas de uso racional de recursos hídricos e de recuperação dos mananciais.
- 4) Estimular a criação de Conselhos Populares para a preservação e controle dos recursos hídricos dos mananciais e bacias hidrográficas.

**Capítulo VIII: Economia e Crise Fiscal do Estado.**

O Estado de Goiás possui 246 municípios, sendo que o último Censo indica uma população de 6.003.788 pessoas, enquanto a estimativa do IBGE, em 2017, era de que a população goiana chegasse a 6.778.772 pessoas. A pirâmide etária da população goiana indica que a maior parte da população encontra-se nas faixas-etárias que vão de 10 a 34 anos. Ou seja, trata-se de uma população extremamente jovem, com baixíssima escolarização e baixíssimos salários. O Censo aponta que a maior parte da população vive nas cidades, contendo 5.420.714 habitantes; enquanto que apenas 583.074 pessoas vivem no campo, observando-se profundas desigualdades educacionais entre os moradores do campo e da cidade. Goiânia é a 11ª capital mais populosa do país, com 1,5 milhão de habitantes (21, 63% da população do Estado), sendo que a Região Metropolitana de Goiânia possui 2.493.792 habitantes. A maior parte dos 246 municípios são pequenos, tendo como municípios médios: a) Aparecida de Goiânia, a segunda cidade mais populosa com 542.090 mil habitantes; b) Anápolis, com 375,1 mil habitantes; c) Rio Verde, com 271 mil; e, Luziânia 199,6 mil. Os pequenos municípios são os que mais sofrem com as desigualdades educacionais e a precarização do ensino, tanto do ponto de vista estrutural, quanto de qualificação de profissionais que atuam nas Escolas.

De acordo com o PNAD, Goiás possui 5,5 milhões de pessoas em idade de trabalhar, ou seja, com idade a partir de 14 anos. A população ocupada é estimada em 3,2 milhões de pessoas, ou seja, 2,3 milhões de pessoas em condições de trabalho estão fora do mercado de trabalho. O PNAD aponta que em 2017 eram 339 mil pessoas desempregadas, sendo sua maioria mulheres, negras ou pardas que não completaram o ensino médio (entre 18 e 24 anos). Mais uma vez, a interseccionalidade entre classe, gênero e etnia, impõe as mulheres condições ainda mais degradantes.

O Golpe de Estado de 2016 destruiu o mercado de trabalho no Brasil, ampliando o exército industrial de reserva, deteriorando as relações de trabalho, via rebaixamento de salários e destruição das mínimas regulamentações trabalhista, abrindo um tipo de mercado de trabalho rotativo e intermitente. De acordo com o PNAD, são 65,5 milhões de pessoas sem trabalho no Brasil (pessoas que não tem trabalho e que deixaram de procurar trabalho), ao contrário dos alarmantes 13 milhões apresentados pelos meios de comunicação, restritos aos desempregados que estão a procura de trabalho, a situação é ainda mais grave.

O Estado de Goiás é marcado por profundas desigualdades, inclusive entre os municípios. De acordo com os últimos dados do SEPIN, cinco municípios concentram

metade das riquezas goianas: a) Goiânia; b) Anápolis; c) Aparecida de Goiânia; d) Rio Verde; e, e) Catalão; tendência que vem se aprofundando durante o período neoliberal aprofundado com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e com a emergência do desastroso e degenerado marconismo no Estado de Goiás (1999-2006) e (2011-2018).

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Defesa da Revogação da Reforma Trabalhista e aprofundamento das garantias e direitos sociais, ampliando e aprofundando os direitos para todas as categorias, combatendo a informalidade e o trabalho rotativo e intermitente, tanto no campo, quanto na cidade.
- 2) Defesa da Revogação da Emenda Constitucional nº 95.
- 3) Defesa da Auditoria da Dívida Pública.
- 4) Defesa da Adoção de uma Reforma Tributária Progressiva.
- 5) Defesa da Taxação das grandes fortunas.
- 6) Defesa da Taxação de lucros e dividendos.
- 7) Defesa da Tributação de grandes heranças (a tributação máxima no Brasil é de 8%, nos EUA é de 40%);
- 8) Mudança de modelo produtivo, transitando do modelo agroquímico, fundamentado no agronegócio, para o modelo agro-orgânico, fundamentado na agricultura familiar e agroecologia.
- 9) Desapropriação de todas as terras improdutivas, estatizando-as e utilizando-as para o assentamento de famílias que queiram viver no campo, a partir da articulação da agricultura familiar e da agroecologia, colocando-a sob controle dos trabalhadores que nela vivem e produzem.
- 10) Defesa da criação de um Estatuto do Campo: i) estabelecendo uma rigorosa concepção de produtividade; ii) estatizando todas as áreas de preservação ambiental e transformando-as em Parques Estaduais; iii) limitação da quantidade de propriedade da terra por pessoa, como forma de quebrar o latifúndio e estruturar um sistema produtivo sustentável; iv) garantir as terras de povos quilombolas e indígenas, transformando-as em áreas socioculturais, sob controle social, instituindo-se Conselhos Populares, eleito entre moradores e trabalhadores da sociedade civil do mundo do trabalho, com mandatos imperativos.

**Capítulo IX: Sistema de Segurança Pública.**

Problema sempre destacado na mídia brasileira e goiana é o da segurança pública, frequentemente anunciada como em verdadeiro caos, com a mídia e os principais candidatos da ordem burguesa anunciando propostas irresponsáveis, demagógicas e ineficientes: endurecimento de penas, desregulamentação do mercado de armas, castração química, etc.

O PCB compreende que os problemas relacionados à segurança pública advêm da forma como as relações sociais no capitalismo são estruturadas. Formou-se uma sociedade com milhares de pessoas marginalizadas, sem qualquer perspectiva de emprego; foram destruídas relações comunitárias tradicionais e o senso de solidariedade; fomentou-se com a mídia uma indústria do medo para potencializar um mercado de produtos e serviços de vigilância e a ocupação militar (através da PM) das zonas periféricas; estruturou-se um direito penal seletivo, que transforme a juventude negra, pobre e trabalhadora em inimigo social; prisões;

Aliás, o foco no combate ao tráfico de drogas, ao menos na forma atual, tem se demonstrado um verdadeiro desastre na garantia da segurança pública. Prende-se muito, com pouca eficiência, os trabalhadores mais precarizados do tráfico de drogas, jovens, em geral negros, pequenos varejistas, que tem na mercancia ilícita uma das poucas chances de inserção no mercado de trabalho. Com isso, a estrutura econômica do tráfico é intocável, já que há um enorme exército de reserva desses trabalhadores. Por outro lado, o uso da força policial para combater esse tipo de crime diminui a potência de prevenção de crimes violentos, contra o patrimônio dos trabalhadores, de ódio, etc.

De se destacar que a violência também é reproduzida pelo próprio Estado, com abordagens policiais truculentas em especial na periferia, violações sistemáticas de direitos humanos no cárcere e nas unidades socioeducativas, as mortes produzidas por policias em atividade, o que afasta ainda mais os trabalhadores do sistema público de segurança, fortalecendo grupos do capitalismo informal ligado ao tráfico de drogas (facções como o PCC).

Entendemos que apenas com um projeto de refundação da sociedade, socialista, baseada na solidariedade entre os trabalhadores, será suficiente para vencer o medo e os problemas advindos do crime.

Durante nosso governo, serão tomadas medidas para que essa revolução social seja viável, o que passa pela estruturação de um sistema popular de segurança pública.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Implementar uma política de desmilitarização da polícia, focalizando-se a política de Segurança Pública em uma polícia unitária, civil e judiciária, fundamentada no respeito, garantia e efetivação dos direitos fundamentais.
- 2) Fortalecer os órgãos de controle internos e externos das polícias civil e militar, em especial suas ouvidorias e corregedorias, garantindo independência e eficiência desses órgãos.
- 3) Reestruturar os órgãos de comando das polícia civil e militar, estabelecendo como prioridade aos órgãos de segurança pública o respeito aos direitos humanos, em especial as liberdades democráticas e a incolumidade física e psicológica dos cidadãos que tenham contato com eles (sejam vítimas, testemunhas, acusados ou condenados).
- 4) Prioridade nos sistemas de inteligência e criação de estratégias de atuação conjunta das polícias militar e civil na prevenção de crimes violentos, de gênero e de ódio.
- 5) Adotar uma concepção de sistema penitenciário humanizado, capaz de ressocializar os presos e humanizá-los, a partir da garantia de seus direitos fundamentais; reestruturar os estabelecimentos prisionais e socioeducativos, garantindo ambiente salubre em todos os estabelecimentos que restrinjam a liberdade de adultos e adolescentes; e adotar alternativas penais com controle eletrônico, como forma de esvaziar o sistema penal, tornando-o mais eficiente.
- 6) Fortalecer o atendimento psicossocial nos estabelecimentos socioeducativos e prisionais, garantindo mais assistentes sociais e psicólogos nessas instituições e recursos materiais e financeiros para sua atuação eficiente.
- 7) Estabelecer convênios intermunicipais para reintegração social de egressos de estabelecimentos prisionais e socioeducativos, garantindo assistência para emprego, moradia e atendimento psicossocial para quem cumpre pena no regime aberto, no livramento condicional ou recém cumpriu pena ou medida socioeducativa em meio fechado.
- 8) Incrementar a qualidade de vida do policial militar, com elevação salarial, formação continuada, atendimento psicológico pelo SUS e combate ao assédio moral.
- 9) Equipar adequadamente as delegacias de polícia civil, com aumento do efetivo e na infraestrutura dos prédios.
- 10) Estabelecer uma política de atendimento acolhedora à mulher vítima de violência doméstica, com o deslocamento das delegacias da mulher para Centros de Atendimento à Mulher vítima de violência, com formação específica dos trabalhadores para o

acolhimento da vítima, encaminhamento para residências e abrigos provisórios, quando necessário, atendimento psicológico e acesso à Defensoria Pública.

11) Eliminar a política de guerra às drogas, amplamente utilizada como estratégia de acobertamento da prática de eliminação de jovens negros nas periferia das grandes e médias cidades; e descriminalização das drogas, cabendo ao Estado regulamentar o processo de venda e distribuição, de tal forma a entender os casos de usuários de drogas enquanto um problema de saúde pública a ser enfrentado a partir da adoção de políticas de redução de danos.

12) Fortalecer a Defensoria Pública de forma a cumprir a Emenda Constitucional 80 (instalação de unidade da Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado).

13) Colocar a polícia sob controle social, instituindo-se Conselhos Populares formados por trabalhadores da área e moradores, eleitos e com mandatos imperativos, garantindo-se autonomia para discutir e definir políticas de Segurança Pública, inclusive controlando o orçamento da área.

## **Capítulo X: A democratização do campo: o agro não é *pop*, o agro é *business*.**

Historicamente, a Reforma Agrária esteve vinculada aos processos de transformações burguesas, servindo de instrumento político-econômico, bem como sociocultural de construção de sua hegemonia. No Brasil, devido à particularidade antidemocrática e antipopular, de uma classe senhorial aburguesada, de caráter latifundiário, escravagista e agrário-exportador, nem mesmo esse modelo se consolidou. Antes o contrário, o processo de modernização brasileira se deu de “*cima para baixo*”, mantendo-se a estrutura político-econômica e sociocultural do Brasil Império.

Assim sendo, falar em Reforma Agrária no Brasil implica em superar os modelos burgueses, devido sua impossibilidade histórica no Brasil e avançar em direção a um tipo de Reforma Agrária anticapitalista, anti-imperialista e fundamentada no Poder Popular. Portanto, trata-se de superar a abstrata ideia de justiça social liberal-burguesa e avançar para a autogestão e auto-organização dos trabalhadores, que controlam diretamente, tanto o processo produtivo, quanto suas relações de trabalho.

O solo brasileiro é amplo e apresenta riquezas naturais de diversas ordens. Todavia, essa riqueza vem sendo mercantilizada e privatizada pelas frações de classes dominantes brasileiras. Ao fazê-lo, utiliza-o como mera matéria-prima, a ser explorada

até o esgotamento de seu último recurso, transformando progressivamente solos ricos em desertos amplos.

O modelo latifundiário, utilizado secularmente no Brasil, além de não agregar nem um tipo de valor ao que é produzido, aumenta os níveis de exploração dos trabalhadores rurais, instituindo-se formas de trabalho análogas a escravidão e encontra-se dominado pelo capital estrangeiro. Assim, a produtividade é menor do que poder-se-ia obter, bem como a inadequada exploração do solo é extremamente danosa ao meio ambiente. Assim, todo e qualquer tipo de Reforma Agrária que se pretenda fazer no Brasil, necessita quebrar o latifúndio, bem como o modelo do agronegócio enraizado, pensando-a como política estratégica anticapitalista e anti-imperialista, como forma de utilizar o solo de forma sustentável, ao mesmo tempo fazer cumprir sua função social: garantir e efetivar a segurança alimentar a milhões de brasileiros. Isso envolve a adoção de uma política econômica planejada, sustentável, voltada a preservação de mananciais de água e da qualidade do solo, bem como de todos os recursos naturais.

A Reforma Agrária deve vir acompanhada de uma política de incentivo à ciência e tecnologia, voltadas para a melhoria da produção no campo, bem como para a utilização sustentável dos recursos ambientais. Nesse sentido, por um lado, deve-se incentivar a agricultura familiar, estruturada a partir da agroecologia, como forma de desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; por outro, deve-se produzir tecnologias específicas para o desenvolvimento da diversidade dos referidos arranjos.

Assim, o PCB defende uma Reforma Agrária, essencialmente, anti-capitalista e anti-imperialista, fundamentada no Poder Popular, a partir da qual a terra é considerada um bem comum, sob a posse dos trabalhadores que nela habitam, administrada e organizada pelos trabalhadores, a partir da instituição de Conselhos Populares.

### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Desapropriação de todas as terras improdutivas, estatizando-as e utilizando-as para o assentamento de famílias que queiram viver no campo, a partir da articulação da agricultura familiar e da agroecologia, colocando-a sob controle dos trabalhadores que nela vivem e produzem.
- 2) A criação de um Estatuto do Campo: i) estabelecendo uma rigorosa concepção de produtividade; ii) estatizando todas as áreas de preservação ambiental e transformando-as em Parques Estaduais; iii) limitação da quantidade de propriedade da terra por

pessoa, como forma de quebrar o latifúndio e estruturar um sistema produtivo sustentável;iv) garantir as terras de povos quilombolas e indígenas, transformando-as em áreas socioculturais, sob controle social, instituindo-se Conselhos Populares, eleito entre moradores e trabalhadores da sociedade civil do mundo do trabalho, com mandatos imperativos.

3) Desapropriação de terra de toda e qualquer empresa que se utiliza de mão de obra análoga à escravidão.

4) Desapropriação de todas as terras consideradas áreas de preservação ambiental, transformando-as em Parques Estaduais Públicos, articulando o estudo e a pesquisa sociocultural e da biodiversidade local (a partir de sua articulação com as Universidades Públicas e Institutos Federais do Estado de Goiás), como forma de fomentar o desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

5) Instituir Programas de qualificação agrícola, inclusive a melhoria radical do ensino fundamental, médio e superior, em ambientes rurais.

6) Apoio à construção e ao financiamento habitacional rural, no contexto de um Programa de urbanização agrícola, que contenha as demais infra-estruturas urbanas para a população agrícola, como saneamento básico, esgoto, água potável e energia elétrica adequados.

7) Racionalização do uso dos recursos hídricos, preservação do solo e das paisagens naturais, e adoção obrigatória de projetos de paisagens rurais no planejamento regional.

8) Políticas de combate à pobreza rural que partam da eliminação das relações de dependência e exploração a que estão submetidas as populações rurais: além de bolsas, democratização e garantia de acesso aos recursos hídricos e energéticos; ao solo, ao financiamento, à educação e à saúde.

9) Definir e regulamentar a função social da agricultura: assegurar a produção de alimentos saudáveis à população brasileira e à preservação da biodiversidade.

10) Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto estratégia ou conjunto de ações, de forma intersetorial e participativa, e consistente na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. O modelo de produção e consumo de alimentos é fundamental para a garantia de segurança alimentar e nutricional, pois, para além da fome, há insegurança alimentar e nutricional sempre



que se produz alimentos sem respeito ao meio ambiente, com uso de agrotóxicos que afetam a saúde de trabalhadores/as e consumidores/as, sem respeito ao princípio da precaução, ou, ainda, quando há ações, incluindo publicidade, que conduzem ao consumo de alimentos que fazem mal a saúde ou que induzem ao distanciamento de hábitos tradicionais de alimentação. A segurança alimentar e nutricional demanda ações intersetoriais de garantia de acesso à terra urbana e rural e território, de garantia de acesso aos bens da natureza, incluindo as sementes, de garantia de acesso à água para consumo e produção de alimentos, da garantia de serviços públicos adequados de saúde, educação, transporte, entre outros, de ações de prevenção e controle da obesidade, do fortalecimento da agricultura familiar e da produção orgânica e agroecológica, da proteção dos sistemas agroextrativistas, de ações específicas para povos indígenas, populações negras, quilombolas e povos e comunidades tradicionais. É, ainda, fundamental que as ações públicas para garantia de segurança alimentar possam contemplar abordagem de gênero e geracional. A soberania alimentar é um princípio crucial para a garantia de segurança alimentar e nutricional e diz respeito ao direito que tem os povos de definirem as políticas, com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir. Soberania alimentar significa garantir a soberania dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores e pescadoras, entre outros grupos, sobre sua cultura e sobre os bens da natureza.

11) Defesa da Agroecologia: implantação de uma matriz tecnológica orgânica, abandonando-se a matriz dos agroquímicos, como forma de produzir alimentos saudáveis e garantir a segurança alimentar a todos os brasileiros e brasileiras.

12) Criar Cursos Superiores de Agroecologia, em parceria com as Universidades Públicas e Institutos Federais, como forma de qualificar o trabalhador para a mudança de matriz tecnológica produtiva dos agroquímicos para a tecnologia orgânica.

13) Criar Cursos Técnicos Integrados ao Médio de Saúde Ambiental, em parceria com os Institutos Federais, voltados à formação dos trabalhadores do campo para que possam trabalhar preservando sua saúde.

14) Combater a impunidade da violência no campo, investigando e punindo os latifundiários responsáveis por assassinatos políticos no campo, que aumentou exponencialmente com o Golpe de Estado de 2016.

15) Implementar uma política anticapitalista e anti-imperialista de proteção dos recursos naturais, do solo, da biodiversidade e da água brasileira, sobretudo em face da atual

ofensiva que o capital internacional desencadeou sobre os recursos naturais da sociedade brasileira.

16) Combater o PL 6.299/2002, também chamado PL do Veneno/Agrotóxico, que visa a flexibilização das regras de controle dos agrotóxicos, inclusive carcinogênicos.

## **Capítulo XI: A diversidade da classe trabalhadora e a necessária luta unitária pela emancipação.**

### **a) LGBTfobia no estado de Goiás**

Goiás é um estado extremamente hostil para com a população LGBT. É o estado que elegeu o deputado João Campos, o autor do PL 234/2011, que ficou popularmente conhecido como Cura Gay. Quase que mensalmente tem um estabelecimento alvo de boicote pela comunidade por denúncias de discriminação contra frequentadores sexodiversos. Mas as agressões não ficam somente no campo moral, o estado também registra um alto número de mortes por LGBTfobia - não assim classificadas devido à falta de instituto jurídico para tal.

O estado é nacionalmente conhecido pela onda de militarizações de escolas estaduais, que trazem consigo uma lógica de eliminação social dos alunos LGBTs, uma vez que a gestão das escolas é administrada por uma instituição historicamente intolerante para com a comunidade, que protagonizou e ainda protagoniza a perseguição à pessoas sexodiversas. Não é raro denúncias de LGBTfobia praticada pelos policiais militares dentro desses colégios, chegando a extremos de violência física contra alunas, muitas vezes meninas lésbicas que denunciam ter apanhado de policiais homens ao serem pegas em demonstrações de afeto no interior da instituição.

As LGBTs também sofrem com todos os outros problemas relegados à classe trabalhadora goiana, uma vez que está praticamente toda inserida nela (a quantidade de LGBTs goianas que vendem a sua força de trabalho não pode ser comparada à quantidade de LGBTs que exploram força de trabalho; não só em Goiás, mas em todo o país e mundo). Por omissão do Estado, não existem dados sobre a porcentagem de pessoas LGBTs sofrendo com o desemprego em nenhuma parte do país, mas é sabido que o fator da exclusão familiar e exclusão dos espaços de ensino devido à discriminação são determinantes para relegar à comunidade ao desemprego, subemprego (basta olharmos a composição do corpo de trabalhadores dos call centers, atividade degradante, com altíssimo índice de adoecimento psicológico – que diga-se de

passagem, já é alarmante dentro da comunidade LGBT), e à informalidade marginal (haja vista que, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Trans-sexuais (ANTRA), 90% da população T tem a prostituição como única fonte de renda, e a indústria pornográfica, extremamente nociva à saúde física e mental de seus trabalhadores, que cresce cada dia mais seu nicho LGBT).

As pessoas LGBTs também são alvos comuns da violência praticada dentro do transporte público caótico da região metropolitana, que além de ser um dos mais caros do país conta com uma superlotação surreal, o que facilita a dispersão de indivíduos LGBTfóbicos que rotineiramente agredem e expulsam pessoas LGBTs de dentro dos ônibus, negando-as, além de dignidade, acesso à cidade.

### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Aprovação de lei específica para sanção econômica aos estabelecimentos que pratiquem LGBTfobia no estado, a exemplo de São Paulo, e que o dinheiro arrecadado seja destinado ao fomento de políticas públicas para erradicar à discriminação.
- 2) Fim das militarizações escolares e debate e consulta à comunidade para desmilitarizar as instituições já existentes; Inserção do debate sobre igualdade de gênero no Plano Estadual de Educação.
- 3) Assistência estatal para LGBTs expulsas de casa e em situação de vulnerabilidade, como moradia provisória, ajuda de custo para possibilitar o término do ensino básico e médio e oferecimento de cursos profissionalizantes para inserção no mercado formal de trabalho; Aumento real do fluxo de ônibus na região metropolitana, assim como instituição de guarda humanitária nos terminais, sensível aos casos de assédio e opressão (uma vez que a presença da PM nos terminais não garante a segurança de LGBTs e demais minorias).

### **b) Políticas para as mulheres em Goiás**

As contrarreformas (trabalhista e previdenciária) do (des)governo Temer, irão afetar drasticamente a classe trabalhadora como um todo, mas mais profundamente a mulher trabalhadora. Isso se dá devido à vulnerabilidade socioeconômica dessas mulheres que são submetidas a trabalhos sub-remunerados e pouco regulamentados.

O desmonte da previdência, vendido como reforma, visa à extinção da aposentadoria por tempo de contribuição. A idade mínima para as mulheres se aposentarem passará a ser de 62 anos de idade, independente de trabalhar em área

urbana ou rural, no serviço público – com exceção para professores (60 anos para homens e mulheres) e policial (55 anos para ambos os sexos). A contribuição também passará de 15 anos mínimos para 25 anos.

Tendo em vista esse cenário, há um descaso com a desigualdade de gênero, ainda tão profundas no mercado de trabalho, onde mulheres recebem até 38% a menos que homens desempenhando a mesma função. Uma naturalização com o fato de vivermos em uma sociedade patriarcal; a mulher trabalhadora se sobrecarrega com uma dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho; o trabalho doméstico e o da chamada “economia do cuidado” que se estende ao trato de crianças, idosos e doentes da família que é não remunerado, mas estima-se gerar 634,3 bilhões de reais, segundo os cálculos da pesquisadora Hildete Pereira de Melo, professora de economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet) e por fim, o sub-remunerado.

Além das mudanças na aposentadoria, houve alterações no valor e nas regras de acesso às pensões por morte e ao BPC (Benefício de Prestação Continuada, que é o benefício da assistência social). As professoras de educação básica terão que contribuir durante 49 anos e estar dentro da sala de aula até os 70 anos ou mais, dependendo de quando ela iniciou carreira. Existe um enorme desgaste físico e psicológico ao lidar com crianças e adolescentes, ignorando que a educação está sucateada e a professora trabalha também em casa corrigindo provas, preparando aulas, além dos afazeres domésticos. Já as trabalhadoras domésticas que antes das contrarreformas já sofriam para contribuir os 15 anos devido a sua rotatividade, informalidade e ilegalidade de contratações hoje se vê desamparada.

Não há uma real igualdade de gênero ao equiparar os anos de contribuição entre homens e mulheres no Brasil. Nós ainda somos um país patriarcal, com desigualdades no mercado de trabalho e também na construção da família. Outro impacto é o fato de hoje pessoas que realizam o mesmo trabalho têm que receber o mesmo salário, independente do gênero. Com as contrarreformas, precisará existir uma comprovação de discriminação étnica ou de gênero para multar uma pessoa que cometer essa infração.

Em Goiás vemos uma taxa de desemprego alta, de 9,4% da população, o desemprego é maior entre mulheres negras com ensino médio incompleto de acordo com o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). As jornadas intermitentes, demissões em massa, subcontratações e outros ataques têm sido utilizados pelos patrões e grandes empresários para gerar lucro e precarizar ainda mais a vida das

trabalhadoras. As contrarreformas reforçam a extrema desigualdade do mercado de trabalho, há um aumento da pobreza da mulher e uma dependência financeira maior.

A reforma trabalhista permitirá que a mulher grávida ou lactante trabalhe em condições insalubres. Mesmo sendo comprovado que isso faz mal ao bebê e as mães que amamentam. Ambientes contaminados, quentes, com muito ruído, radiação ou com poeira, serão aptos para essas mulheres trabalharem com uma autorização médica (podendo ser o médico da empresa que ela trabalha).

Com a reforma trabalhista há uma liberação ampla e geral das terceirizações, a empresa poderá contratar livremente um trabalhador terceirizado para trabalhar ao lado do seu empregado próprio que receberá mais pelas mesmas funções exercidas. Quando se fala em terceirização pode vir à mente algo desburocratizado, informal, descomplicado, autônomo, mas na verdade há uma maior precarização das condições de trabalho. Dados dizem que os terceirizados se acidentam mais, em alguma áreas chega a 80% o número de mortos por acidente de trabalho entre os terceirizados e 20% os empregados da empresa segundo a CUT e a Dieese. Isso atinge diretamente a vida das mulheres e em especial das mulheres negras, que são a maioria nos postos de trabalhos mais precarizados. As mulheres também são as mais atingidas com a precarização e privatização da saúde em curso, já que essas são sempre as principais responsáveis pelo cuidado da família e dos filhos, bem como são maioria nos trabalhos da saúde.

Com todas essas análises, é de extrema importância que lutemos para garantirmos direitos trabalhistas mais humanos. Nenhum direito a menos pode nos ser tirado; mulheres negras, grávidas, pobres precisam de uma dignidade mínima de vida e com todas essas contrarreformas esses direitos ficarão mais longes e difíceis de ser conseguido.

Além disso, há o fenômeno da violência contra a mulher, que é antigo e se faz presente nas diferentes sociedades, estando presente em todas as classes sociais e atinge com mais força a classe trabalhadora e é agravado conforme as questões de raça/etnia, escolaridade, religião, nacionalidade, orientação sexual, etc.

No Brasil, estima-se que cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos. O feminicídio, segundo o Mapa da Violência (homicídio de mulheres), vitimou 46.186 mulheres em dez anos. Em 2016, 4.657 mulheres foram assassinadas, sendo 533 casos classificados como feminicídio. Segundo o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), 73% do assédio moral nos ambientes de trabalho é sofrido por mulheres e 99% dos casos de assédio sexual denunciados são de mulheres assediadas por homens. O

estupro vitimou 135 mulheres por dia em 2016, sendo 50% das vítimas menor de 13 anos. Um outro tipo de violência até pouco tempo bastante naturalizado é a violência obstétrica que atinge uma a cada quatro gestantes. Esses assustadores dados confirmam o quanto é perigoso ser mulher no Brasil. Segundo o Mapa da Violência, elaborado pela Flacso, o Brasil é o 5º país do mundo mais violento para se ser mulher.

A Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, aprovadas respectivamente em 2006 e 2015, foram importantes marcos simbólicos da luta das mulheres contra a violência doméstica e o feminicídio. No entanto, medidas punitivistas como esta são ineficientes como instrumentos preventivos de novos crimes, assim como penalizam prioritariamente homens pobres e negros.

No Estado de Goiás os índices também são bastante altos. Houve um aumento de 82% dos casos de feminicídio em no estado segundo a Secretaria de Segurança Pública, levando Goiás a ocupar a segunda posição no ranking de violência contra a mulher com 7,1 homicídios a cada 100 mil mulheres. Goiás é o estado que mais mata mulheres negras do país, com um índice de 8,5 homicídios por 100 mil habitantes de acordo com o Atlas da Violência de 2017. Foram registrados de janeiro a abril de 2018, 544 estupros contra vulneráveis, sendo 37% desses casos ocorridos na região metropolitana. A taxa de feminicídio aumentou 45% de 2006 a 2016 por 100 mil habitantes de acordo o Atlas da Violência de 2017. Esses índices mostram o grave problema do estado ao possuir ainda raízes patriarcais, machistas e racistas.

### **Quanto a isso, propomos:**

- 1) Investimento no âmbito da educação formal e não-formal, em uma formação humana plena e emancipatória, na qual todos os membros da sociedade sejam educados na perspectiva do respeito à diversidade e equidade de gênero.
- 2) Programas que discutam temas como a cultura do estupro, inferiorização e infantilização das mulheres, desigualdade salarial e violência contra a mulher nas escolas e espaços públicos.
- 3) Formação de profissionais capazes de acolher e atender as mulheres vítimas de violência, para que as mulheres sintam segurança ao denunciar.
- 4) Desburocratização do acesso às medidas de denúncias e fiscalização da aplicação das leis já existentes de combate a violência contra a mulher, para que as ocorrências sejam de fato resolvidas e as mulheres não sejam coagidas a desistir da denúncia.

5) Fomento de programas de educação sólidos e consistentes para aqueles que cometerem crimes de violência contra a mulher, para que haja diminuição da recorrência dos casos de violência, visando a transformação social e cultural acerca do machismo e misoginia.

## **XII – Cultura Popular.**

Um dos maiores problemas de nosso Estado é a necessidade de oportunizar uma vivência de dos que aqui vivem com as manifestações culturais. Cultura essa que não se resume aos grandes espetáculos. Precisamos descentralizar as atividades culturais pelos bairros das cidades, estimular as manifestações artísticas, formação de público e uma política de capacitação e incentivo para os trabalhadores da cultura.

Desapropriação de imóveis abandonados nas cidades, para a criação de Centros de Cultura Popular, administrado e organizado por Conselhos Populares, compostos pelos trabalhadores, eleitos e com mandatos imperativos. Tratar-se-ia da criação e implementação de Centros de Cultura Popular em todos os bairros das grandes cidades e em todas as cidades do interior, articulados a partir das Escolas Públicas, criando-se espaços formativos e de difusão de teatro, cinema, música, artes plásticas, escultura e literatura. Cada Centro de Cultura Popular deverá constituir uma Biblioteca, aberta à população, bem como estruturada para a formação e difusão das artes e da cultura popular.

Incentivo a criação de Rádios e TVs Comunitárias, administradas e organizadas por Conselhos Populares, eleitos e com mandatos imperativos, como forma de democratizar o acesso e a difusão de conhecimento local e regional, bem como produções culturais.

Incentivo a produção local, articulando-se no interior das Escolas Municipais, Estadual e Federal (do Ensino Infantil ao Ensino Superior), bem como nos Centros de Cultura Popular, espaços de formação e difusão das artes produzidas em Goiás. Trata-se de atrair para o Estado de Goiás profissionais qualificados que possam colaborar com a estruturação e difusão de uma estética goiana que enriqueça a cultura popular brasileira. Ao mesmo tempo, constituir um tipo de Curadoria Popular, forjadas a partir dos profissionais da área comprometidos com a cultura popular e sua função social, rompendo-se a concepção de arte e estética elitista presente no Estado.

É lamentável que algo tão importante como a cultura seja tratado com tanta negligência, desrespeito e corrupção, como tem sido nos últimos anos! Por isso acreditamos na mobilização da sociedade para garantir o respeito e o incentivo às diversas linguagens artísticas e o acréscimo dos espaços de apresentação e formação! Para efetivar esse pleito, vamos encampar os seguintes 21 pontos em defesa da cultura, de uma cultura popular:

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Democratizar os espaços de decisão sobre as políticas culturais em Goiás, por meio de conselhos populares.
- 2) Fortalecer, aprimorar e democratizar o instrumento de Conferência Estadual de Cultura, como um espaço rico de debates e deliberações sobre a política cultural.
- 3) Garantia de 5% do orçamento do Estado para a cultura e as manifestações de cultura popular.
- 4) Garantir instrumentos para uma eleição autônoma e democrática do Conselho Estadual de Cultura e da Comissão que aprova os projetos de Lei de Incentivo à Cultura, garantindo que a maioria dos representantes sejam eleitos junto aos movimentos organizados da cultura.
- 5) Construção de centros de educação e cultura nos bairros, em todas as regiões do Estado.
- 6) Revogar todos contratos com OSs junto a escolas técnicas de arte e de educação.
- 7) Revitalizar as ações culturais nas Praças, Ruas e demais espaços públicos, com uma agenda constante de atividades culturais em parcerias artistas e movimentos sociais.
- 8) Garantir espaços para as escolas de circo.
- 9) Fortalecer e melhorar os aparelhos públicos de cultura já existentes, exigindo concurso público, aquisição de equipamentos e ampliação dos espaços: Centro Cultural Oscar Niemeyer, Teatro Goiânia, Vila Cultural, entre outros.
- 10) Constituição de projetos de interação escola-comunidade , com participação de estudantes, artistas e professores, na elaboração e execução dos projetos.
- 11) Realizar seminário para revisão da atual lei de incentivo a cultura: critérios de escolhas, formas de financiamento, participação da sociedade.
- 12) Garantir o incentivo aos projetos e iniciativas populares de cinema e vídeo.
- 13) Apoiar a implementação de rádios comunitárias de curto alcance em parceria com movimentos de comunicação e universidades.



- 14) Efetivar por meio de editais, incentivo a vídeos, peças teatrais e literatura, garantindo as condições de realização de projetos na área de memória e história dos trabalhadores em Goiás.
- 15) Lutar pelo resgate e devolução dos espaços educacionais que foram vendidos ou cedidos pelo estado para grandes empresas ou empreendimentos imobiliários.
- 16) Garantir fomento fiscal para editoras e cooperativas de autores populares.
- 17) Constituição de Centros de Cultura Popular e de Novas Mídias.
- 18) Garantir apoio para que o carnaval seja organizado pelos grupos de cultura popular das cidades, empenhando os recursos necessários para tal.
- 19) Implementar um calendário anual permanente de ações culturais das várias linguagens em Goiânia.
- 20) Efetivar o incentivo ao exercício de oficinas de criação literária nos bairros de periferia, sob a chancela estadual.
- 21) Garantir a abertura das bibliotecas, museus, escolas de artes aos finais de semana garantindo o acesso aos trabalhadores e estudantes.

### **Capítulo XIII: Fortalecer o Serviço Público.**

Em um país marcado por profundas desigualdades como o Brasil, o serviço público caracteriza-se por ser uma forma de distribuição de renda indireta, na medida em que aumenta a qualidade de vida dos trabalhadores, permitindo-lhes acessar direitos básicos e fundamentais, como: educação; saúde; moradia; cultura e lazer.

O Golpe de Estado de 2016 criou o discurso antidemocrático e antipopular de que os servidores públicos são beneficiados pelo Estado, quando 90% dos servidores públicos federais, estaduais e municipais recebem salários muito próximos e muitas vezes menores aqueles praticados no setor privado. O caráter estatutário do serviço público é necessário justamente para preservar a autonomia dos serviços públicos prestados a sociedade, não permitindo a instrumentalização das instituições pela lógica fisiologista e clientelista dos governos municipais, estaduais e federal. Portanto, não tem nenhuma relação com privilégios, mas com garantia e efetivação dos direitos fundamentais, de tal forma a prestar o serviço universal à todos.

Os privilégios que existem no serviço público estão exatamente no alto escalão do funcionalismo, tanto do Executivo e Legislativo, quanto Judiciário, particularmente, o conjunto de privilégios encontra-se presentes em setores que não possuem elementos

democráticos que o regulem, ficando a mercê do corporativismo e do fisiologismo político. Claramente, os cargos comissionados, presentes nos três poderes contem um conjunto de privilégios. Portanto, qualquer reforma minimamente democrática deveria voltar-se ao fortalecimento e autonomia do serviço público, como forma de oferecer e prestar melhores serviços a sociedade, atacando o corporativismo presente nos três poderes, o fisiologismo e o clientelismo próprio do sistema político-eleitoral brasileiro, bem como a existência de cargos comissionados sem nenhum tipo de regulamentação.

**Quanto a isso, propomos:**

- 1) Fortalecer o serviço público estadual via política de contratação de servidores públicos por concurso público, definido regimentalmente por Estatuto que confira autonomia política e financeira as instituições e defina Planos de Carreiras próprios, eliminando toda e qualquer forma de prestação de serviços terceirizados.
- 2) Estabelecer o serviço público plenamente estatal, gerido pelos trabalhadores e usuários dos serviços, como forma de impedir o fisiologismo e clientelismo dos governos municipais, estaduais e federal.
- 3) Assegurar a autonomia das empresas estatais, sob o controle social, desvinculada dos governos, tendo em vista orientá-las em favor das demandas das camadas populares e protegê-las da corrupção política e econômica.
- 4) Criar Conselhos Populares, com seus membros eleitos entre os trabalhadores de área e usuários, com mandatos imperativos, sendo responsáveis por definir, planejar, organizar e administrar as políticas institucionais que assegurem o controle social sobre as empresas estatais.